



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de São José do Rio Preto

GRADUAÇÃO LICENCIATURA PEDAGOGIA

DÉLYS LOUISE DE LIMA MARTINS

**CRIANÇA, LEITURA E TECNOLOGIA:**  
**relação, diálogo e reflexão**

São José do Rio Preto - SP

2021

UNESP - INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

GRADUAÇÃO LICENCIATURA PEDAGOGIA

Délys Louise de Lima Martins

**CRIANÇA, LEITURA E TECNOLOGIA:  
relação, diálogo e reflexão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção da graduação no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Profa. Dra. Susanna Busato.

São José do Rio Preto - SP

2021

Martins, Délys Louise de Lima

Criança, leitura e tecnologia: relação, diálogo e reflexão / Délys Louise de Lima Martins. – São José do Rio Preto: [s.n.], 2021[DL1].

Orientadora: Susanna Busato

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção da graduação no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

1. Leitura. 2. Literatura Infantil 3. Tecnologia. I. II. III. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. IV. Criança, leitura e tecnologia: diálogo, relação e reflexão.

CDU -

Délys Louise de Lima Martins

**CRIANÇA, LEITURA E TECNOLOGIA:**

**relação, diálogo e reflexão**

**Comissão Examinadora**

Profa. Dra. Susanna Busato

UNESP – São José do Rio Preto

Orientadora

Profa. Dra. Claudia Maria Ceneviva Nigro

UNESP – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Rafaela Mendes Mano Sanches

UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto

2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar experiências incríveis até aqui, pelo dom da vida e por sempre estar à frente de todos os meus projetos e sonhos.

À minha mãe Deyse Alves de Lima, por ser minha confidente nesse processo e partilhar das minhas angústias, alegrias, perdas e conquistas, motivando-me fortalecendo-me para chegar ao fim.

Ao meu noivo Augusto Perez de Moraes, que está ao meu lado todos os dias, vivendo todas as experiências necessárias, me apoiando e lembrando do real motivo por trás de todo esforço e dedicação.

À minha avó Claudete Gavette Martins, à avó Dilza Rodrigues de Lima, minha sogra Mara Regina Perez de Moraes e meu sogro Wagner Soares de Moraes, pela paciência, compreensão e motivação durante o processo de escrita deste trabalho.

À professora Carla Nogueira da Escola Estadual Jamil Khauan, por me conceder a honra de participar do projeto de leitura que me proporcionou experiências gerando a possibilidade da escrita desse trabalho de pesquisa.

Em especial, agradeço à minha orientadora Susanna Busato por todo carinho e paciência na construção dessa pesquisa, mesmo diante de tantas adversidades dos últimos dois anos de pandemia da Covid-19.

Às minhas amigas, Lara Lais Libralão de Oliveira e Livia Maria de Souza Soares pela amizade durante os quatro anos da graduação, amizade que levarei para a vida toda.

À Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e aos docentes e profissionais do Departamento de Pedagogia, pela atenção, carinho e profissionalismo de sempre.

*“O mundo é um livro, e quem fica sentado em  
casa lê somente uma página.”*

*(Santo Agostinho)*

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa busca refletir sobre a presença da leitura na Educação Infantil. A função e a importância da leitura tem sido um tema muito explorado no contexto escolar como instrumento de formação das crianças durante o processo do letramento no ensino infantil. A prática de leitura como direito fundamental dos indivíduos fornece, especificamente, às crianças de três a cinco anos a possibilidade de desenvolverem aspectos importantes como a linguagem - verbal e escrita - e a inteligência linguística. Nesse processo de aprendizagem, a prática da leitura cria situações de conhecimento de mundo que vão além da experiência cotidiana. O professor, como mediador das práticas e das vivências do processo do letramento na Educação Infantil, necessita estar atento ao contexto leitor no qual essas crianças já estão inseridas e ampliar sua percepção, tanto dos sinais e símbolos do cotidiano como dos signos linguísticos, da palavra inserida no contexto social e cultural. No contexto de um mundo em que a comunicação também se processa por meio da tecnologia da informação (tablets, computadores, televisores interativos e muitos outros), proporcionando diferentes situações e novos desafios para as crianças, faz-se necessário repensar as práticas de leitura nas escolas, tendo em vista a necessidade de formar indivíduos não só capazes de atuarem na sociedade atual, mas de pensarem o seu próprio mundo. Considerando, portanto, a leitura como instrumento fundamental de formação do indivíduo e a tecnologia como instrumento necessário para o desenvolvimento humano, este estudo tem como objetivo investigar como a leitura contribui para a emancipação da mente da criança no atual contexto cultural tecnológico. Valemo-nos do pensamento de Lev Vygotsky (1984) sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, de três a cinco anos. Também iremos nos reportar ao pensamento de Paulo Freire (1981), Antonio Candido (1995), Magda Soares (2001) e Nelly Novaes Coelho (2000), sobre a questão da leitura desde os anos iniciais do indivíduo, de sua importância no seu desenvolvimento e de como ela está presente na formação do ser humano. Sobre o contexto tecnológico da leitura, vamos buscar referências nos estudos de Roger Chartier (2017) e de Pierre Lévy (1999) para refletirmos o espaço da leitura na atualidade tecnológica. Finalizando faremos algumas sugestões de atividades práticas de leitura também vinculadas ao digital. Usaremos como metodologia a pesquisa exploratória, a partir de pesquisas bibliográficas, buscando construir um diálogo entre os autores na busca da reflexão sobre a contribuição da leitura para a formação das crianças para o contexto cultural atual.

**Palavras chaves:** Leitura. Criança. Letramento. Tecnologia.

## ABSTRACT

This research work seeks to reflect on the presence of reading in Early Childhood Education. The function and importance of reading has been a theme widely explored in the school context as a tool for training children during the literacy process in early childhood education. The practice of reading as a fundamental right of individuals specifically provides children aged three to five with the possibility of developing important aspects such as language - verbal and written - and linguistic intelligence. In this learning process, the practice of reading creates situations of knowledge of the world that go beyond everyday experience. The teacher, as a mediator of the practices and experiences of the literacy process in Early Childhood Education, needs to be aware of the reading context in which these children are already inserted and expand their perception of both everyday signs and symbols and linguistic signs, the word inserted in the social and cultural context. In the context of a world in which communication is also processed through information technology (tablets, computers, interactive televisions and many others), providing different situations and new challenges for children, it becomes necessary to rethink reading practices in schools, aiming at the need to train individuals not just able to act in today's society, but to think in their own world. Considering, therefore, reading as a fundamental instrument for the formation of the individual and technology as a necessary instrument for human development, this study aims to investigate how reading contributes to the emancipation of the child's mind in the current technological cultural context. We draw on the thought of Lev Vygotsky (1984) on the cognitive development of children aged three to five years. We will also refer to the thoughts of Paulo Freire (1981), Antonio Candido (1995), Magda Soares (2001) and Nelly Novaes Coelho (2000), on the issue of reading since the individual's early years, its importance in their development and how it is present in the formation of human beings. On the technological context of reading, we will seek references in the studies of Roger Chartier (2017) and Pierre Lévy (1999) to reflect the space of reading in today's technology. Finally, we will make some suggestions for practical reading activities linked to digital. We will use exploratory research as a methodology, based on bibliographical research, seeking to build a dialogue between authors in the search for reflection on the contribution of reading to the education of children for the current cultural context.

**Keywords:** Reading. Children. Literacy. Technology.

## SUMÁRIO

Introdução .....	6
<b>1. A infância na fase dos 3 a 5 anos .....</b>	<b>10</b>
1.1 A infância segundo Lev Vygostky.....	12
<b>2. A relação entre o ensino infantil, a leitura e o professor.....</b>	<b>20</b>
2.1 O Ensino Infantil.....	20
2.2 O que é ler? Por que ler?.....	21
2.3 Leitura na escola.....	23
2.4 Letramento.....	25
2.5 O professor.....	28
<b>3. Ler é um direito.....</b>	<b>32</b>
<b>4. A leitura e a tecnologia.....</b>	<b>38</b>
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>50</b>
Referências .....	56

## INTRODUÇÃO

Os “textos”, as “palavras” as “letras” daquele contexto - em cuja percepção me experimentava e , quanto mais o fazia, mais aumentava a capacidade de perceber - se encarnavam numa série de coisas, objetos, de sinais, cuja compreensão eu ia apreendendo no meu trato com eles nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais. (FREIRE, 1981, p.21)

Esse é um trecho da obra *A importância do ato de ler*, de Paulo Freire<sup>1</sup>, apresentando suas experiências de leitura nos primeiros anos escolares, que ele analisa como amplificadora da sua leitura de mundo.. O ambiente escolar, seus desafios e as especificidades da sala de aula são matéria de reflexão para o professor da Educação Infantil e a reflexão de Freire motivadora para pensar a prática, sobretudo a leitura em ambiente escolar e o seu papel na formação da criança.

O elemento motivador para o projeto inicial desta pesquisa inspira-se na relação da autora com a literatura infantil durante os estágios acadêmicos (supervisionados e remunerados - aproximadamente 2.000 horas de observação), além da sua experiência com contação de histórias. Há de se sublinhar o fato de que desde 2015, a autora deste trabalho participa de um projeto social entre amigos atores, músicos, artistas circenses e amantes da arte em geral, que se reúnem periodicamente<sup>2</sup> para levar histórias, peças de teatro e rodas de músicas a lugares onde existe a falta de acesso a essas práticas culturais, como em escolas públicas da região norte do município paulista de São José do Rio Preto, instituições de acolhimento a idosos, jovens e crianças e espaços de assistência social como o CRAS, no mesmo município.

Essas experiências prévias possibilitaram a oportunidade de conhecer e observar as práticas de leitura nas escolas e de conversar com diversos professores da Rede Municipal de Ensino - todas conversas informais - que permitiram identificar que as professoras, na maior parte, trabalhavam a leitura com as crianças em atividades como rodas de leitura, nas quais as professoras tinham em mãos o livro de leitura. Notou-se que as práticas de leitura com as crianças se resumiam apenas ao uso do livro de leitura, não explorando outros suportes de leitura. Diante dessa questão observada, elaboramos um projeto de pesquisa que gerou o objetivo geral para este trabalho atual que apresento: abrir um diálogo de caráter reflexivo

---

<sup>1</sup> Educador, pesquisador e patrono da Educação Brasileira, autor de *Pedagogia do Oprimido* dentre tantos livros, onde o autor retrata e desenvolve o relato da sua aprendizagem inicial da leitura.

<sup>2</sup> Desde o início da pandemia (março de 2020) o projeto se encontra parado devido às restrições sanitárias para controle da pandemia, ensaiando um retorno para 2022.

sobre aspectos da leitura na formação e desenvolvimento da criança de três a cinco anos (crianças matriculadas no ensino infantil das escolas do município de São José do Rio Preto) e propor suportes de leitura que estão presentes na vida cotidiana para além do livro infantil.

Através desse objetivo geral, também estabelecem-se quatro objetivos específicos:

- I. Compreender a fase de desenvolvimento da criança de 3 a 5 anos;
- II. Identificar no ensino infantil a presença da leitura, quais suas funções e importância para a prática pedagógica e para o desenvolvimento do indivíduo na infância;
- III. Definir a prática de leitura no espaço escolar como instrumento de letramento visando a formação leitora para o uso social;
- IV. Relacionar o universo tecnológico à leitura, visando o acesso a diversos suportes de leitura na busca da ampliação da capacidade leitora em diversas situações sociais;

O público-alvo desta pesquisa são crianças de 3 a 5 anos, matriculadas no Ensino Infantil, considerando a obrigatoriedade da matrícula a partir de 4 anos, conforme o Artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p) .e o Artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (BRASIL, 2018, p.22)

Quando se pensa em uma criança na faixa etária dos 3 aos 5 anos, o desenvolvimento da fala, o início da criação de desenhos, brincadeiras de “faz de conta”, as descobertas do mundo e a busca de respostas para as curiosidades, são algumas das diversas situações que popularmente caracterizam essa fase. Em todas elas, podemos reconhecer um fator importante: a linguagem. Partindo da Teoria sócio-interacionista, Lev Semenovitch Vigotsky<sup>3</sup> (1984) estabelece duas importantes fases do desenvolvimento da criança: a fase pré-intelectual - caracterizada por choros e gestos - que se torna, no decorrer do seu desenvolvimento, a fala intelectual com função simbólica - caracterizada por signos significados. Ainda no mesmo livro, o autor ressalta a importância da mediação da linguagem para a vivência prática da criança e sua interação com o meio externo. “Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas”. (VYGOTSKY, 1998, p.31)

A linguagem é um fator que permanece presente durante toda a vida do indivíduo e se encontra em grande parte do seu contínuo desenvolvimento. Por esse motivo, este presente estudo baseia-se na leitura e compreensão das obras de autores como Paulo Freire (1981), Antonio Candido (2002), Nelly Novaes Coelho (2000), Zilma Ramos de Oliveira (2012) e

---

<sup>3</sup> Formado em Literatura na Universidade de Moscou em Literatura, tendo se tornado, após a Guerra Fria, um dos grandes nomes da pesquisa do desenvolvimento da criança, como podemos verificar em sua obra *Pensamento e Linguagem*, publicada em 1998.

Isabel Solé (2015), para que seja possível identificar e compreender de forma clara a importância e a necessidade da leitura como instrumento de formação para a criança.

Considerando-se a leitura como instrumento de formação e sua função humanizadora (Candido, 2002), surgem problemáticas em torno dos reais aspectos para os quais a leitura contribui em termos da formação dos indivíduos, em termos de variáveis como o tempo, os avanços tecnológicos e a velocidade de informação no contexto cultural atual. A sociedade atual vive constantes estímulos tecnológicos como *smartphones*, *tablets* e televisores, por meio dos quais grandes quantidades de informações são divulgadas constantemente. As crianças, integrantes importantes do contexto cultural, são expostas a diferentes tipos de estímulos visuais por via eletrônica como vídeos, jogos eletrônicos e desenhos animados. A leitura que se faz por meio desses suportes tem uma natureza diferente, que exige respostas a estímulos visuais e cinéticos. De outro modo, a prática da leitura que tem o livro como suporte, além de ser também fonte de aquisição dos conhecimentos sociais e culturais que implicam a interação da criança com o meio e com outros indivíduos de sua faixa etária, necessita ser repensada e revista dentro do leque de possibilidades que se abrem ao leitor hoje, uma vez que a criança também está exposta aos suportes eletrônicos. Não podemos excluir as crianças do uso de eletrônicos, pois esses novos instrumentos fazem parte da construção do atual contexto cultural. A questão que se impõe é a de que juntamente com esses novos instrumentos de formação e informação, as crianças devem, também, ser apresentadas e familiarizadas com livros, brinquedos e brincadeiras antigas, para viverem fantasias criadas por elas, uma vez que tais práticas implicam ações socializadoras. Como, então, o professor pode repensar as práticas de leitura em sala de aula num contexto cultural em que o livro não é o único suporte de leitura? É nesse raciocínio que o tema desta pesquisa se constrói: entender como a leitura pode contribuir para a emancipação da criança no atual contexto cultural. O sentido de emancipação é tomado em referência ao pensamento de Nelly Novaes Coelho (2000), que afirma que a verdadeira evolução de um povo se faz a partir do momento em que o indivíduo toma consciência do mundo, ou seja, a partir da infância. Pensando nesse contexto, busca-se entender como a leitura é capaz de contribuir para que a criança possa conhecer o mundo e fazer parte dele, utilizando o pensamento crítico e o desenvolvimento de aspectos importantes dessa fase, como a atenção e a concentração.

A pesquisa é exploratória, de natureza bibliográfica, já que se caracteriza pela construção de um raciocínio de base teórica e de natureza relacional, para podermos, analiticamente, compreender o papel da leitura e de suas práticas no âmbito da faixa etária

objeto desta pesquisa no espaço escolar. Portanto, será a partir das obras de autores que pensaram a leitura e as práticas pedagógicas em relação à criança e ao contexto cultural e tecnológico de nossa sociedade que poderemos desenvolver um pensamento acerca do tema e reavaliar as hipóteses projetadas. As hipóteses são:

- I. A criança de 3 a 5 anos encontra-se na fase de desenvolvimento da linguagem verbal e na fase de relacionamento social para além do âmbito familiar;
- II. A leitura encontra-se na escola e em todos os lugares da sociedade, em sala de aula ela se faz presente em diferentes suportes de leitura e na prática cultural. Sua importância se dá no desenvolvimento da linguagem da criança;
- III. A fase em que a criança de 3 a 5 anos se encontra implica a necessária presença de um professor para mediar suas práticas e ações, em relação à leitura; Considerando essas experiências proporcionadas pela leitura como imprescindíveis para a criança;
- IV. Como novos suportes de leitura, os *smartphones*, *tablets* e televisores com tecnologia smart devem ser novos instrumentos de acesso à informação e de leitura de prazer. Acreditamos que aplicativos e programas que envolvam a leitura, a linguagem verbal e as novas tecnologias também são importantes suportes para o desenvolvimento da prática leitora.

A pesquisa tem como método a leitura crítico-analítica dos textos teóricos elencados na bibliografia. Propomos a seguinte estrutura: Introdução; Capítulo 1, “A infância na fase dos 3 a 5 anos”, no qual apresentaremos quais os aspectos de desenvolvimento da criança por meio de pesquisadores da psicogenética; Capítulo 2, “A relação entre o ensino infantil, a leitura e o professor”, no qual faremos uma breve definição das características do Ensino Infantil por meio dos documentos orientadores, relacionando a leitura na prática da sala de aula e posicionando o professor nesse contexto como o mediador dessa relação; Capítulo 3, “Ler é um direito”, em que reconheceremos a leitura como um direito humano e fundamental para a vida; Capítulo 4, “A leitura e as novas tecnologias”, em que apresentaremos a leitura no contexto das novas tecnologias e práticas literárias relacionadas a suportes digitais; por fim, apresentaremos as considerações finais no capítulo Conclusão.

## **A INFÂNCIA NA FASE DOS 3 A 5 ANOS**

Desde antes mesmo do processo de escolarização, a leitura está presente em grande parte das situações que vivemos, desde pegar uma locomoção pública, escolher um produto no supermercado, até pagar uma conta no caixa eletrônico. A leitura é essencial para vivermos conscientes do que está à nossa volta. Ao pensarmos na palavra leitura, somos levados à ideia de que ela está relacionada apenas a suportes como livros, jornais e textos em geral. O ato de ler, no entanto, vai mais além do que a leitura das palavras. A leitura pode ser feita a partir dos sinais de trânsito, por exemplo, dos rótulos dos alimentos e suas cores, dos logos de propaganda, dos desenhos mudos nas tiras de jornal etc. O ato de ler está bastante presente em nosso cotidiano e em nossas atividades. A leitura da palavra é apenas uma das formas de leitura do mundo, que se soma à leitura de imagens, de sons e de expressões corporais, a partir do que somos capazes de refletir, criar concepções, pensamentos e sonhos, como bem afirma o educador Paulo Freire (1981), a partir do relato de sua experiência pessoal:

Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros - o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quem-vem, o do bem-te-vi, o do sabiá; na dança das copas das árvores sopradas por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos; as águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios e riachos. (FREIRE, 1981, p.20)

A criança de 3 a 5 anos, fase em que os indivíduos ainda não desenvolveram a ferramenta da leitura de palavras atuam e participam das situações do cotidiano de forma efetiva e ativa, como: nas brincadeiras, nas respostas a comandos, no reconhecimento de formas, posicionamentos efetivos em um diálogo e muitas outras. Em todas essas situações, há um exercício de leitura dos sinais à sua volta, das frases que lhe são dirigidas, que a estimulam a reagir. A efetiva ação da leitura do mundo, como nos explica Paulo Freire (1981, p. 20), ao se referir à relação da leitura da palavra e a da leitura do mundo, dá-se por meio da percepção do leitor-mirim das “relações entre o texto e o contexto”.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1981, p.19-20)

Paulo Freire (1981) em sua obra *A importância do ato de ler* afirma que se pôs a reler momentos fundamentais de sua prática leitora, que foram guardados na memória, desde as experiências mais remotas da infância [...]. (FREIRE, 1981, p.20) Compreendendo que a relação da leitura do mundo e da leitura da palavra se dão por meio do processo de desenvolvimento do indivíduo, processo no qual a memória tem uma presença fundamental, iniciaremos este primeiro capítulo, refletindo sobre a infância, a partir da análise da teoria das fases de desenvolvimento propostas por Lev Semionovitch Vygotsky (1896-1934)<sup>4</sup>, especificamente da criança de três a cinco anos de idade.

Antes de fazermos referência às fases de desenvolvimento especificamente, procederemos a explorar o conceito de infância, com o objetivo de abrir a reflexão sobre essa fase e as diferentes formas pelas quais as crianças são compreendidas. Começamos com a definição do conceito de infância, segundo o dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (1999) em sua sétima edição: "Infância". *Sf. 1.* Etapa da vida humana que vai do nascimento à puberdade; puerícia, meninice. *2.* As crianças. *3. Fig.* O primeiro período de existência de uma instituição, sociedade etc.". A partir da Constituição Federativa do Brasil. Brasília (1988), considerando a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, na qual se dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade". (BRASIL, 1990, p. 2379) Sobre a origem etimológica da palavra infância, conforme o artigo "Infância, Arte de Governo Pedagógica e Cuidado de Si" de Pedro Angelo Pagni (2010) publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

A origem etimológica da palavra infância é proveniente do latim *infantia*: do verbo *fari*, falar – especificamente, de seu particípio presente *fan*, falante – e de sua negação *in*. O *infans* é aquele que, como diz Gagnebin (1997, p. 87), ainda não adquiriu "o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada". O prefixo *in* da palavra infância sugere ainda algo da ordem do não exprimível, do não tratável discursivamente; mais do que uma ausência, é uma condição dessa linguagem e desse discurso, é o germe do pensamento que ainda não se encontra pronto nem acabado, que ainda não se pode expressar ou comunicar em termos lógicos, linguísticos ou pragmáticos. Assim, em sua origem etimológica, a infância consiste no silêncio que precede a emissão das palavras e a enunciação do discurso, designando uma condição da linguagem e do pensamento com a qual o ser humano se defronta ao longo de sua vida, assumindo subseqüentemente o sentido que se

---

<sup>4</sup> Psicólogo, proponente da psicologia cultural-histórica, formou-se em Direito pela Universidade de Moscou em 1918, também cursou Psicologia no "Instituto de Treinamento de Professores" onde implantou um laboratório de Psicologia.

lhe atribui com maior frequência, no presente, de uma idade específica, diferenciada da adulta. (PAGNI, 2010, p.100)

Já para as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)<sup>5</sup>, em seu Artigo 4º, a criança é definida como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, 2010, p.12)

Nós, seres humanos, somos formados basicamente por três dimensões : a física, a intelectual e a emocional. Outras dimensões também podem ser consideradas de acordo com as crenças e experiências de cada indivíduo, alguns autores consideram a alma como parte dessas dimensões, por exemplo. O mais importante a identificar neste momento é a definição de infância por determinadas dimensões, como a física, ou seja, o corpo da criança, sua estatura, suas etapas de desenvolvimento dos órgãos; a intelectual, ou seja, o seu desenvolvimento da comunicação, seja da fala ou da escrita e a emocional ou social, ou seja, sua humanidade e psiquê no seu processo de relacionamento social e suas implicações de direitos e deveres. Diante disso, é proposto neste capítulo apresentar o desenvolvimento das crianças de três a cinco anos nas dimensões anteriormente mencionadas na busca de compreender quais as principais características de desenvolvimento dessa faixa etária e iniciar a reflexão sobre o espaço escolar e presença da leitura nesse processo..

## **1.1 A INFÂNCIA SEGUNDO LEV VYGOTSKY**

A perspectiva de Lev Smionovitch Vygotsky Vygotsky<sup>6</sup> na psicologia se pauta na dimensão social do desenvolvimento humano, fundamentando-se nas funções psicológicas superiores, baseando-se nas concepções materialistas. Também se pauta na ideia de que os mecanismos pelos quais a cultura se torna parte da natureza do indivíduo se dão pelas funções psicológicas produzidas das atividades cerebrais, fruto da relação social.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18. Disponível: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_dcoman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_dcoman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

<sup>6</sup> Lev Semionovitch Vygotsky nasceu em 1896 na Bielo-Rússia que em 1917 foi incorporada a União Soviética, atualmente retornou a sua independência com o fim da União Soviética após o final da guerra em 1991.

As concepções de Vygotsky sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se em sua ideia de que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que o distinguem de outros animais. (OLIVEIRA, 1992, p. 24)

Usamos como referência a obra *A formação social da mente*, traduzida para o português, sendo uma compilação de um terço da obra original. Vygotsky, ao lado de seus colaboradores, Luria (1902-1977), Leontiev (1903-1979) e Sakharov (1921-1989), conceituam a criança por meio de sua fase de desenvolvimento. Para o psicólogo Lev Vygotsky, o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo são imprescindíveis, considerando o conhecimento como aquisição a partir da interação do sujeito com o meio, ou seja, o sujeito é interativo, utilizando dos conceitos da relação intra e interpessoal e de troca com o meio, criando o processo de mediação.

Uma ideia central para a compreensão das concepções de Vygotsky sobre o desenvolvimento humano como processo sócio-histórico é a ideia de mediação. Enquanto sujeito de conhecimento o homem não tem acesso direto aos objetos, mas um acesso mediado, isto é feito através dos recortes do real operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe. O conceito de mediação inclui dois aspectos complementares. Por um lado, refere-se ao processo de representação mental: a própria ideia de que o homem é capaz de operar mentalmente sobre o mundo supõe, necessariamente, a existência de algum tipo de conteúdo mental de natureza simbólica, isto é, que representa os objetos, situações e eventos do mundo real no universo psicológico do indivíduo. Essa capacidade de lidar com representações que substituem o real é que possibilita que o ser humano faça relações mentais na ausência dos referentes concretos, imagine coisas jamais vivenciadas, faça planos para um tempo futuro, enfim, transcenda o espaço e o tempo presentes, libertando-se dos limites dados pelo mundo fisicamente perceptível e pelas ações motoras abertas. A operação com sistemas simbólicos – e o consequente desenvolvimento da abstração e da generalização – permite a realização de formas de pensamento que não seriam possíveis sem esses processos psicológicos superiores, tipicamente humanas. O desenvolvimento da linguagem – sistema simbólico básico de todos os grupos humanos – representa, pois, um salto qualitativo na evolução da espécie e do indivíduo. (OLIVEIRA, 1992, p. 27)

Podemos constatar que o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e inteligência abstrata, são a linguagem e o sistema simbólico que, mesmo completamente independentes

entre si, se relacionam no momento do desenvolvimento e são fundamentais para o alcance do conceito de signo.

A linguagem humana, sistema simbólico fundamental na mediação entre sujeito e objeto de conhecimento, tem para Vygotsky duas funções básicas: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante. Isto é além de servir o propósito de comunicação entre indivíduos, a linguagem simplifica e generaliza a experiência, ordenando as instâncias do mundo real em categorias conceituais cujo significado é compartilhado pelos usuários de linguagem. Ao utilizar a linguagem para nomear determinados objetos estamos, na verdade, classificando esse objeto numa categoria, numa classe de objetos que têm em comum certos atributos. A utilização da linguagem favorece, assim, processos de abstração e generalização. Os atributos relevantes têm de ser abstraídos da totalidade da experiência (para que um objeto seja denominado “triângulo” ele deve ter três lados, independentemente de sua cor ou tamanho, por exemplo) e a presença de um mesmo conjunto de atributos relevantes permite a aplicação de um mesmo nome a objetos diversos (um pastor alemão e um pequinês são ambos cachorros, apesar de suas diferenças: os atributos de que compartilham permitem que sejam classificados numa mesma categoria conceitual). As palavras, portanto, como signos mediadores na relação do homem com o mundo são, em si, generalizações: cada palavra refere-se a uma classe de objetos, consistindo num signo, numa forma de representação dessa categoria de objetos, desse conceito. (OLIVEIRA, 1992, p.27-28)

Vygotsky apresenta a linguagem pelo viés social, suas funções de comunicação, expressão e compreensão em uma relação estreita com o pensamento, tendo como função básica a organização do pensamento e a interação social. A aquisição do recurso da linguagem é apresentada por Vygotsky em três fases: a linguagem social, a linguagem egocêntrica e a linguagem interior:

[...] a função primordial da linguagem, tanto nas crianças como nos adultos, é a comunicação, o contato social. Por conseguinte, a fala mais primitiva das crianças é uma fala essencialmente social. De início, é global e multifuncional; mais tarde as suas funções tornam-se diferenciadas. Numa certa idade o discurso social da criança subdivide-se bastante nitidamente em discurso egocêntrico e discurso comunicativo (Preferimos utilizar o termo comunicativo para a forma de discurso que Piaget designa por socializado – como se tivesse sido algo diferente antes de se tornar social. Do nosso ponto de vista, as duas formas, a comunicativa e a egocêntrica, são ambas sociais, apesar de as suas funções diferem). O discurso egocêntrico emerge quando a criança transfere as formas sociais cooperativas de comportamento para a esfera das funções psíquicas pessoais internas. A tendência da criança para transferir para os seus processos internos os modelos anteriormente sociais é uma tendência bem conhecida que Piaget conhece muito bem. Noutro

contexto, ele descreve como as discussões entre crianças dão origem às primeiras manifestações de reflexão lógica. Algo semelhante acontece, julgamos, quando a criança começa a conversar consigo própria como se estivesse a falar com outrem. Quando as circunstâncias a obrigam a deter-se para pensar, o mais certo é começar a pensar em voz alta. O discurso egocêntrico, dissociado do discurso social geral, acaba com o tempo por conduzir ao discurso interior que serve simultaneamente o pensamento autístico e o pensamento lógico. (VYGOTSKY, 1984, p.18)

Conforme indicado anteriormente pelo autor, o discurso interior, que são as palavras pensadas, sem que necessariamente sejam faladas, ocorre após a fase da fala egocêntrica da criança. O pensamento retrata o plano mais profundo do discurso interior, no qual cria conexões capazes de resolver problemas, através da palavra ou no âmbito apenas das ideias, podendo relacionar de forma complexa as palavras com situações vivenciadas, função da gramática na linguagem escrita e falada.

Em sua pesquisa, o psicólogo também utilizou tarefas experimentais com crianças para comprovar suas teses sobre o pensamento e a linguagem. Em colaboração com L. S. Sakharov, organiza uma tarefa experimental para contextualizar a formação de conceitos na criança, da qual faremos a descrição através do compêndio feito por Marta Kohl de Oliveira na obra *Teorias Psicogenéticas em Discussão*, de 1992:

Para estudar o processo de formação de conceitos, Vygotsky utilizou uma tarefa experimental na qual apresentava-se aos sujeitos vários objetos de diferentes cores, formas, alturas e larguras, cujos nomes estavam escritos na face interior de cada objeto. Esses nomes designam “conceitos artificiais”, isto é, combinações de atributos rotulados por palavras não existentes na língua natural (“mur” para objetos estreitos e altos, “bik” para objetos largos e altos, por exemplo). Os objetos eram colocados num tabuleiro diante do sujeito e o experimentador virava um dos blocos, lendo seu nome em voz alta. Esse bloco era colocado, com nome visível, numa parte separada do tabuleiro e o experimentador explicava que esse era um brinquedo de uma criança de outra cultura, que havia mais brinquedos desse tipo entre os objetos do tabuleiro e que a criança deveria encontrá-los. Ao longo do experimento, conforme a criança escolhia diferentes objetos como instâncias do conceito em questão, o pesquisador ia inferindo e revelando o nome de outros objetos, como forma de fornecer informações adicionais à criança. A partir dos objetos escolhidos, e de sua sequência, é que Vygotsky propôs um percurso genético do desenvolvimento do pensamento conceitual. (OLIVEIRA, 1992, p.29)

O processo genético do desenvolvimento é dividido em 3 grandes estágios com subdivisões em várias fases. No primeiro estágio, Vygotsky, pelas palavras de Oliveira (1992,

p.29), a criança forma conjunto de objetos subjetivamente, baseando-se em fatores perceptuais, como por proximidade espacial, sem considerar atributos relevantes dos mesmos. Já no segundo estágio nomeado pelo pesquisador por “pensamento por complexo” a criança efetiva esse agrupamento por meios de aspectos concretos e factuais, não abstratos e lógicos, criando ligações mentais de diferentes formas. Essas conexões factuais incluem um determinado elemento a um complexo. A combinação dos objetos com similaridade, exige a formação de complexos e a unificação de impressões dispersas. E, finalmente, no terceiro estágio a criança passa a agrupar objetos com base em um único atributo, que a leva a formação de conceitos próprios, sendo capaz de abstrair características isoladas da totalidade na experiência concreta. Dentro desse mesmo contexto, Oliveira (1992) afirma que Vygotsky concebe o processo genético de desenvolvimento conceitual como não linear, diferente de como explicitado anteriormente, ressaltando que, de acordo com a prática, os estágios podem assumir ordem diferentes, afirmando que as linhas genéticas têm raízes independentes, unindo-se no momento do avanço do desenvolvimento. Ainda sobre o percurso genético do desenvolvimento conceitual, recorda a importante função do grupo cultural do qual a criança faz parte, pois a palavra tem um papel como meio de formação do conceito e diferentes grupos sociais permeiam o uso da palavra de formas diferentes.

[...] o indivíduo humano, dotado de um aparato biológico que estabelece limites e possibilidades para seu funcionamento psicológico, interage simultaneamente com o mundo real em que vive e com as formas de organização desse real dadas pela cultura. Essas formas culturalmente dadas serão, ao longo do processo de desenvolvimento, internalizadas pelo indivíduo e se constituirão no material simbólico que fará a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. (OLIVEIRA, 1992, p.30)

Como vimos até aqui, a perspectiva de L. Vygotsky tem como foco a concepção sócio-interacionista, sociocultural e sócio-histórica, que reflete a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, atrelando ao fato de o ser humano viver socialmente. Esse relacionamento entre a aprendizagem e o meio social, Vygotsky denomina Zona de Desenvolvimento Proximal, que o autor esclarece como a distância entre o nível de desenvolvimento real, no qual a solução de problemas é encontrada de modo independente; e o nível de desenvolvimento potencial, no qual a solução de problemas é orientada por um adulto ou por meio da colaboração de colegas (ano da obra consultada):

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas “brotos” ou “flores” do desenvolvimento,

em vez de “frutos” do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente. (VYGOTSKY, 2007, p.97-98)

A zona de desenvolvimento proximal é onde acontecerá a aprendizagem e o educador recebe a função de mediador nesse processo, com o objetivo de favorecer a aprendizagem, colaborando para a relação entre a criança e o mundo. É nessa interação na coletividade que a criança construirá suas estruturas cognitivas para o seu desenvolvimento. A criança com suas habilidades parciais interagem com parceiros de mais habilidade (mediador), o que pode colaborar para que as habilidades da criança passadas sejam parciais para as totais.

[...] A intervenção pedagógica provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente. A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre outros como forma de promover desenvolvimento articula-se com um postulado básico de Vygotsky: a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança. A aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento que só podem ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas. O processo de ensino-aprendizagem que ocorre na escola propicia o acesso dos membros imaturos da cultura letrada ao conhecimento construído e acumulado pela ciência e a procedimentos metacognitivos, centrais ao próprio modo de articulação dos conceitos científicos. (OLIVEIRA, 1992, p.33)

As premissas de Vygotsky revelam no desenvolvimento humano os fatores biológicos e sociais, primeiramente considerando “o conhecimento do cérebro como substrato material da atividade psicológica”, e em seguida o biológico, que se transforma no sócio-histórico. (OLIVEIRA, 1992, p.33) Vygotsky constrói um parecer que faz a “síntese entre o homem enquanto corpo e homem enquanto mente” (OLIVEIRA, 1992, p.33). A partir de suas concepções e de sua pesquisa, é revelada a importante função do meio para a formação da criança, compreendendo mais uma vez a criança como um ser social e pensante.

A partir de Paulo Freire, reconhece-se que a infância, fase da criança de três a cinco anos, é capaz de fazer a leitura do que está a sua volta, Lev Vygotsky fundamenta a linguagem como consequência das relações do indivíduo com o mundo e seus processos de desenvolvimento da linguagem, comprovando o quanto a leitura de mundo se efetiva conforme a maturidade neural do indivíduo e mostra-nos a importância das relação entre a criança com o que está a sua volta, fazendo-nos reconhecer a escola como espaço principal para a zona de desenvolvimento proximal, de modo a enfatizar o papel do professor como mediador nesse processo. A Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

(DCNEI, Resolução CNE/CEB n 5º/2010) resguarda o que foi defendido por Vygotsky anteriormente. Em seu artigo 4º, a referida Lei define a criança como “sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva [...]”.

A fase de desenvolvimento que a criança de três a cinco anos está marcada pelo desenvolvimento da linguagem, desde o falar, pensar e se expressar pela linguagem simbólica manuscrita. Essa fase merece atenção, pois tem grande influência na construção da base para o desenvolvimento do indivíduo, resguardada por leis e diretrizes. Mas também abre espaço para pensarmos no ambiente da escola na qual está inserida, Deve estar participando de experiências que favorecem o seu desenvolvimento biológico, cognitivo e social e o professor se encontra como mediador nesse processo. Como vimos até aqui, a criança, na fase da primeira infância, tem sua inteligência a partir da maneira como ela se relaciona com o mundo e sua relação com o mundo se encontra em boa parte no ambiente escolar, a leitura também deve se encontrar nesse contexto.

Considerando a importância na aquisição, da prática social da leitura e escrita, podemos observar as práticas escolares com base nos documentos como a Base Nacional Comum Curricular (2018), que comprova as mudanças no enfoque da aquisição da linguagem, visando o letramento. Por exemplo: na Base Nacional Comum Curricular (2018) considerando a faixa etária de quatro a cinco anos, tem-se no campo de experiência – escuta, fala, pensamento e imaginação – o objetivo de aprendizagem e desenvolvimento voltado para produzir “suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa”. (Base Nacional Comum Curricular, 2018) Nessa atividade, as crianças buscam produzir histórias registrando-as de diferentes formas, pela escrita espontânea, ditando ao(a) professor(a), desenhando, brincando de faz de conta etc. O texto de introdução da Base Nacional Curricular (2018) apresenta que, ao ter a oportunidade de produzir suas histórias e comunicá-las em situações com função social significativa, a criança reforça sua imagem dos indivíduos como comunicadores competentes e valoriza sua criatividade. A educação infantil encontra-se como o segundo espaço de socialização da criança, depois da família. É nesse local no qual as crianças vão expressar em boa parte do seu tempo essas fases de desenvolvimento. Precisa-se conhecer e reconhecer essas fases para planejar as ações com objetivo de alcançar o desenvolvimento da fase seguinte, e a escola é o espaço no qual se tem profissionais preparados para essa ação. A escola é um espaço de transformação para os indivíduos e nesse processo o espaço também transforma-se.

Na segunda década do século XXI, é possível dizer que as concepções de infância e Educação Infantil brasileiras vêm mudando bastante, embora ainda tenhamos muito a caminhar e aprender. Nas diretrizes curriculares nacionais inscrevem hoje a Educação Infantil como uma instância educativa de direito a todas as crianças, apontando para a importância dessa etapa em sua vida e para compreender e nortear o desenvolvimento infantil em uma sociedade democrática. (OLIVEIRA, 2012, p.70)

Compreende-se que o espaço escolar é privilegiado para a formação da criança. Olhar para a escola é ver o aluno como o centro, o professor como mediador, e reconhecer a presença da leitura nesse processo. O capítulo seguinte, relaciona a fase de desenvolvimento da criança de três a cinco anos com a leitura no ambiente escolar.

## 2. A RELAÇÃO ENTRE O ENSINO INFANTIL, A LEITURA E O PROFESSOR

### 2.1 O Ensino Infantil

O espaço escolar é um local privilegiado para o desenvolvimento da criança de 3 a 5 anos e para que sua aquisição de conhecimento ocorra de forma integral, respeitando-se as fases de desenvolvimento, leis e diretrizes que regulamentam a estrutura física e pedagógica da escola. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na versão atualizada até março de 2017, no capítulo II intitulado Educação Básica, na seção II “Educação Infantil” no artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”. Outro documento norteador é a Base Nacional Comum Curricular que, em seu capítulo 3 - Etapa da Educação Infantil no subcapítulo - Educação Infantil no contexto da Educação Básica, fundamenta a importância social de tal estágio escolar:

A Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BRASIL, 2018, p. 36)

A Resolução número 5 de 17 de dezembro de 2009 criou as Diretrizes Curriculares Nacionais com o objetivo de orientar e direcionar o trabalho dos professores em todas as séries escolares do país inteiro. Na DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) de 2010, em seu capítulo quatro, definem-se três princípios: o ético (que visa à autonomia, à responsabilidade e à solidariedade), o político (que defende os direitos de cidadania, o exercício da criticidade e o respeito à ordem democrática) e o estético (que apresenta a importância da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão). Esses princípios devem permear toda a prática no Ensino Infantil dando base para a definição da concepção da proposta pedagógica para Ensino Infantil pela DCNEI (2010):

Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnicorracial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, p.17)

Com a LDB, DCNEI, BNCC e outros documentos institucionais norteadores da prática pedagógica na Educação Infantil, reconhecemos a busca de um ensino conforme mencionado por Zilma Ramos de Oliveira (2010) :

No conjunto dessas práticas educativas será possível reconhecer a busca pela construção da autonomia das crianças para locomover-se pelo ambiente, para explorar o mundo, para colocar-se nas relações éticas entre pares e se posicionar nas situações de conflitos. Da mesma forma, será possível reconhecer também a intenção de cultivar respeito ao bem comum, tanto no espaço da instituição de educação quanto na comunidade, na relação com o outro, investindo na construção de referências para o reconhecimento e o respeito das singularidades. (OLIVEIRA et al, 2010, p.46)

Após mencionarmos sucintamente os aspectos fundamentais do Ensino Infantil no Brasil, importantes para o estágio educacional no qual a criança de três a cinco anos se insere, passamos ao nosso objetivo central, que é o de relacionar a leitura a essa fase educacional e pontuar a ação do professor, em termos das práticas pedagógicas.

A leitura, como parte da prática pedagógica na Educação Infantil, deve apresentar-se com base nos princípios (éticos, políticos e estéticos) descritos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010, p.16) , planejando-se com foco nas experiências das crianças e de acordo com sua faixa etária e fase de desenvolvimento, como apresentado pelos documentos e diretrizes anteriores. Mas antes do aprofundamento sobre a leitura no ambiente escolar, é preciso entender o que significa ler. E por que ler?

## **2.2 O que é ler? Por que ler?**

Diferentes formas de leitura estão presentes em grande parte das situações que vivemos, desde pegar uma locomoção pública, escolher um produto no supermercado, até pagar uma conta no caixa eletrônico. A leitura se faz presente na vida do indivíduo desde o seu nascimento, como, por exemplo, no colo materno, onde a criança já é exposta a vários estímulos visuais e sonoros, permitindo-lhe fazer uma leitura do que está acontecendo,

gerando, como resultado, as suas emoções (choro, risada, entre outros) O conceito de leitura do mundo, a partir de Paulo Freire, revela-se importante para nossas reflexões: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. (FREIRE, 2011, p.20). A leitura, portanto, tem um papel importante no desenvolvimento do indivíduo, para a formação de sua consciência diante do mundo.

A pesquisadora Isabel Solé define a leitura como: “[...]um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [obter uma informação pertinente para] os objetivos que guiam sua leitura”. (SOLÉ, 1998, p.22) Essa afirmação leva-nos a considerar que: o leitor é ativo, processa as informações; e a leitura se revela por objetivos diversos (por exemplo: ler por prazer para desfrutar de uma boa história, consultar um um dicionário, fazer um receita de bolo, como fazer funcionar uma máquina de lavar ou mesmo uma câmera digital, por meio da leitura de seu manual; É possível constatar que a interpretação que teremos do texto durante a leitura está atrelada ao objetivo dela: “[...] o significado que um escrito tem para um leitor não é uma tradução ou réplica do significado que o autor quis lhe dar, mas uma construção que envolve o texto, os conhecimentos prévios do leitor que o aborda e seus objetivos” .(SOLÉ, 1998, p.22) Isabel Solé (1998) ainda afirma que

[...]a leitura é o processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita. Nesta compreensão intervêm tanto o texto, sua forma e conteúdo, como o leitor, suas expectativas e conhecimentos prévios. Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, idéias e experiências prévias. (SOLÉ, 1998, p.23)

O Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Professor Luiz Percival Leme Britto, em sua obra “Leitura: acepções, sentidos e valor” verifica acepções do termo leitura e apresenta especificidades e particularidades, estabelecendo um referencial para o ensino e a promoção da leitura. Ao definir o verbete leitura através do dicionário Houaiss, afirma que ler implica aspectos específicos como:

interação intelectual com discursos cuja organização se afasta das formas de oralidade, com léxico, sintaxe e prosódia próprios, sustentando-se sobre outro tipo de referencialidade, mais distante do contexto imediato e vinculada a estratégias mais tensas de representação, ocupando lugar específico na dimensão cultural intelectual. (BRITTO, 2012, p.27)

Esclarece o professor a importância da leitura como meio de inserção do indivíduo no meio social:

Lê-se para deleite pessoal, fruição, entretenimento, como quando se pega um livro ou uma revista e deixa-se que o pensamento flua sem compromisso ou objetivo além do prazer de ser e de experimentar situações, ambientes,

acontecimentos. Lê-se igualmente para buscar informações do que ocorre na política, na economia, na ordem social, como quando se faz a leitura frequente de jornais e periódicos; lê-se, ainda, para construir-se sobre coisas práticas ou interessantes ou em busca de ampliação de conhecimento, seja sobre história, ciência, cultura; e pode-se, também ler como forma de autoconhecimento ou aprimoramento pessoal. As finalidades podem se sobrepor, não se excluem necessariamente.(BRITTO, 2012 p.28)

Vygotsky, como vimos anteriormente no capítulo 1 deste trabalho, apresenta a linguagem como instrumento para o desenvolvimento do pensamento da criança. A linguagem e a leitura estão diretamente relacionadas e, ao observarmos a construção histórica humana e social, a leitura também pode estar atrelada ao desenvolvimento do nosso pensamento e à evolução em grande parte do contexto histórico social, como afirma a professora Nelly Novaes Coelho, sobre a importância da literatura :

Como sabemos, o impulso para “ler”, para observar e compreender o espaço em que vive e os seres e as coisas com que convive, é condição básica do ser humano. Desde que a inteligência humana teve condições para organizar, em conjunto coerente, as formas e situações enfrentadas pelos homens em seu dia a dia, estes foram impelidos a registrar, em algo durável, aquelas experiências fugazes. [...] Literatura oral ou literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebemos a herança da Tradição que nos cabe transformar, tal qual outros o fizeram, antes de nós, com os valores herdados e por sua vez renovados. (COELHO, 2000, p.16)

A literatura é um espaço em que a imaginação criadora do homem é fruto de sua leitura do mundo; é um espaço que é

simultaneamente abstrato e concreto. Abstrato, porque é gerado por ideias, sentimentos, emoções, experiências de várias naturezas... Concreto, porque tais experiências só têm realidade efetiva quando nomeadas, isto é, transformadas em linguagem ou em palavras. Estas, por sua vez, precisam ser registradas em algo que lhes dê o indispensável suporte físico, para elas existirem como fenômeno, ou seja, para se comunicarem com seu destinatário e também para perdurar no tempo. (COELHO, 2000, p.64-5)

Ler compreende a relação entre o leitor e o texto, implica a interação intelectual com o discurso, está presente em diferentes âmbitos, como: livros, jornais, rótulos de alimentos, etc. É instrumento de registro e promoção para construção do histórico social humano, implicando diretamente na formação e evolução dos indivíduos. Além de instrumento de informação, é lazer e é utilitário. A leitura é fundamental para pertencer ao meio social.

### **2.3 Leitura na escola**

A partir do inciso I do Art. 208, parágrafo primeiro da Constituição da República Federativa (1988), vigora a seguinte determinação: “I - educação básica obrigatória e gratuita

dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” assegurando a presença de todas as crianças a partir de quatro anos na Educação Infantil, torna a escola é espaço privilegiado “[...]em que deverão ser lançadas a bases para formação do indivíduo [...] privilegiando os estudos literários [...]”. (COELHO, 2000, p.16) A autora ainda relata sobre como deve ser o espaço-escola visando esse trabalho com a leitura:

Essa valorização do espaço-escola não quer dizer, porém, que entendamos como o sistema rígido, reprodutor, disciplinador e imobilista que caracterizou a escola tradicional em sua fase de deterioração. Longe disso. Hoje, esse espaço deve ser, ao mesmo tempo, (literário sem ser anárquico) e orientador (sem ser dogmático), para permitir ao ser em formação chegar ao seu autoconhecimento e a ter acesso ao mundo da cultura que caracteriza a sociedade a que ele pertence.

[...] o espaço-escola deve se diversificar em dois ambientes básicos: o de estudos programados (sala de aula, bibliotecas para pesquisa, etc.) e o de atividades livres (sala de leitura, recanto de invenções, oficina da palavra, laboratório de criatividade, espaço de experimentação etc.) Evidentemente essa dualidade de ambientes (o programado e o livre) corresponde às duas faces básicas da formação visada: a que exige do educando a assimilação de informações e conhecimentos para integrá-los em um determinado conjunto coerente do saber, e a que deve estimular ou liberar as potencialidades específicas de cada um deles. (COELHO, 2000, p.17)

A criança de três a cinco anos não possui ainda desenvolvida a capacidade leitora de decodificar o texto escrito, mas é o momento em que predomina nela o elemento sensorial. A criança passa a perceber-se e a reconhecer-se, o que marca o início do desenvolvimento da ludicidade e do pensamento abstrato, estando a comunicação verbal como a base para todo o seu desenvolvimento intelectual a partir de agora. Faz-se importante a aquisição da prática social da leitura e escrita.

A Base Nacional Comum Curricular (2018), considerando a faixa etária de 4 a 6 anos, assevera no campo de experiência – escuta, fala, pensamento e imaginação – o objetivo da aprendizagem e do desenvolvimento voltado para “Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa”. (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p.50) Procura-se, por meio desse objetivo, levar as crianças a produzirem histórias e a registrá-las de diferentes formas, pela escrita espontânea, ditando ao(à) professor(a), desenhando, brincando de faz-de-conta etc. No texto de introdução da Base Nacional Curricular (2018), apresenta-se a oportunidade de a criança produzir suas histórias e comunicá-las em situações com função social significativa, reforçando, pois, a imagem dos indivíduos como comunicadores competentes e valorizando sua criatividade. Nesse contexto, é importante que as crianças tenham a oportunidade de escutar diversas vezes as mesmas

histórias, de forma a se apropriarem de elementos de sua estrutura narrativa e memorizar partes do texto, podendo recontá-lo em contextos de função social, como em saraus literários, em uma peça de teatro, na construção da narrativa de uma encenação etc. Nosso objetivo, neste momento, é o de aprofundar a posição de importância da prática da leitura em sala de aula, visando o desenvolvimento do conhecimento de letras, palavras e sons.

Considerando-se a obra “O Trabalho do Professor na Educação Infantil”, no capítulo “Práticas Pedagógicas para crianças de 3 a 5 anos”, escrito pela Professora e Mestre em Psicologia da Educação Zilma Ramos de Oliveira (2010), a partir dos três anos de idade as “crianças conquistam graus mais elevados de sua autonomia” (OLIVEIRA, 2010, p.196), tornando-se, a partir daí, ser possível o trabalho de forma coletiva com os alunos em sala de aula. A autora ainda sugere o trabalho pedagógico por meio de projetos, tendo como referência a professora argentina Delia Lerner. A pesquisadora na área de didática do ensino da língua, entende que os projetos são formas de organizar o tempo, articular propósitos didáticos e comunicativos, de modo que a linguagem escrita, por exemplo, apareça na escola circunscrita por situações sociais de uso real da língua. “[...] A proposta de Lerner parece interessante para o trabalho com a linguagem na Educação Infantil, se pensarmos que ela é, de fato, uma prática que só adquire sentido em seu uso social”. (OLIVEIRA et al, 2010, p.198)

Em termos do trabalho da leitura em situações reais do uso social da língua, é importante mencionarmos o letramento e sua presença na prática pedagógica.

## **2.4 Letramento**

A leitura promove no indivíduo a capacidade de estabelecer relações. Faz-se essencial para a vida social. Nesse sentido, a aquisição da leitura, assim como o desenvolvimento da fala, acontece gradualmente e é inerente à maturidade neural e intelectual. O conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas responsável por promover o desenvolvimento da leitura e escrita visando a prática no uso social é o letramento. Segundo a professora e pesquisadora Magda Soares (2001), o termo é derivado da palavra inglesa *literacy*:

Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra), com o sufixo - *cy*, que denota qualidade, condição, estado fato de ser (como por exemplo, em *innocency*, a qualidade ou condição de ser inocente).[...] Ou seja: *literacy* é o estado ou condição de quem assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas. (SOARES, 2001, p.17)

Segundo Soares (2001)<sup>7</sup>, o letramento é um processo de aprendizado dos instrumentos da linguagem para ler e escrever que inscreve o indivíduo nas práticas sociais que dependem dessa aquisição. É significativo o modo como Soares se refere ao ler e escrever, nomeando-os de “tecnologia”, pois, em nosso entender, tanto ler como escrever implica a aquisição de uma técnica ou dos meios para o desenvolvimento dessas habilidades (do grego *technikós, téchnē*, significando criação). Desse modo, compreende-se a técnica como algo que não é inato, mas adquirido por meio de estudo e de sua prática.

[...] adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquico, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos, do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, linguística. (SOARES, 2001, p.18)

Viver o processo do letramento, ou seja, de desenvolver a habilidade do uso do sistema linguístico em práticas reais, escolares e sociais, de leitura e de produção textual, está inerentemente atrelado ao desenvolvimento da criança. Ao pensar em letramento também se pensa na alfabetização e onde ela se encontra nesse processo. Alfabetizar-se é apropriar-se do sistema alfabético de escrita, conhecer e reconhecer as letras em diferentes situações. Assim, o alfabetizado é aquele definido como quem

apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ao a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que a demandam. (SOARES, 2001, p. 19)

Tornam-se mais nítida as diferenças entre alfabetização e letramento quando a autora apresenta um exemplo diante das pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

[...] um fato que sinaliza bem essa mudança, embora de maneira tímida, é a alteração do critério utilizado pelo Censo para verificar o número de analfabetos e alfabetizados: durante muito tempo, considerava-se analfabeto o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome; nas últimas décadas é a resposta à pergunta “sabe ler e escrever um bilhete simples?” que define se o indivíduo é analfabeto ou alfabetizado. Ou seja: da verificação de apenas a habilidade de codificar o próprio nome passou-se à verificação da capacidade de usar a leitura e a escrita para uma prática social (ler e escrever um “bilhete simples”). (SOARES, 2001, p.21)

---

<sup>7</sup> Magda Becker Soares é professora da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da UFMG.

Na educação infantil, a criança inicia a fase de maturidade do desenvolvimento psicogenético, como apresentado no capítulo 1. Nesse estágio, a criança se torna capaz de iniciar o seu desenvolvimento fonológico e o conhecimento das letras, momento de inseri-la na cultura escrita. Segundo a pesquisadora Magda Soares (2001), a leitura é um processo que compõe desde relacionar símbolos escritos até unidades de som; e é, também, o processo de interpretar textos escritos. Seguindo nesse sentido, na Educação Infantil pode-se compreender que a escrita não é um simples desenho, as letras têm suas características próprias a consciência fonológica, a partir dos sons das palavras e do reconhecimento dos sons das sílabas e de suas segmentações, torna-se clara e deixa de ser apenas um ruído. A partir dessa consciência, atrelada às práticas sociais da língua, vão-se adquirindo as habilidades necessárias.

Desse modo, a leitura estende-se da habilidade de traduzir em sons sílabas sem sentido a habilidade cognitiva e metacognitiva; inclui, dentre outras: a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar significados, a capacidade de interpretar sequências de ideias ou eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas e, ainda, a habilidade de fazer previsões iniciais sobre o sentido do texto, de construir significado combinando conhecimentos prévios iniciais quando necessário, de refletir sobre o significado do que foi lido, tirando conclusões e fazendo julgamentos sobre o conteúdo. (SOARES, 2001, p.69)

Por meio da consciência linguística, durante o processo de letramento o indivíduo insere-se em diferentes suportes de escrita, vivenciando diferentes experiências e se preparando para as vivências sociais. Segundo a autora:

Acrescenta-se a essa grande variedade de habilidades de leitura o fato de que elas devem ser aplicadas diferenciadamente a diversos tipos de leitura: literatura, livros didáticos, obras técnicas, dicionários, listas, enciclopédias, quadros, de horário, catálogos, jornais, revistas, anúncios, cartas formais e informais, rótulos, cardápios, sinais de trânsito, sinalização urbana, receitas... Como declara Smith (1973), a leitura pode ocorrer nas mais diversas situações, “de um recital público de poesia ao exame privado de lista de preço e horários de ônibus” (p.103). (SOARES, 2010, p.69)

O letramento no ambiente escolar precisa estar sempre atrelado às funções sociais da leitura e da escrita, atentando-se em não tornar essa prática funcional, ou seja, reduzindo-a a apenas no âmbito das aprendizagens dos conteúdos curriculares. Para o educador, é vital formar o aluno para ser um cidadão atuante e crítico, capaz de se relacionar e interpretar todo tipo de situação linguística. Assim, o alerta é dado por Soares: “[...] por meio da escolarização, as pessoas podem se tornar capazes de realizar tarefas escolares de letramento, mas podem permanecer incapazes de lidar com os usos cotidianos de leitura e escrita em contextos, não

escolares [...]”. (SOARES, 2001, p.100) A autora ainda traz uma problemática em torno do letramento na prática escolar a partir das especificidades baseadas na demografia, região, cultura, princípios éticos, políticos e democráticos de cada escola, mediante diferentes nacionalidades, enfatizando que, mesmo com as políticas específicas de cada região escolar, o letramento apresenta-se como um direito inerente ao direito à educação e à aquisição da leitura e da escrita.

## **2.5 O professor**

Considerando-se as fases do desenvolvimento cognitivo da criança e os princípios da Educação Infantil, respeitando-se as diretrizes pedagógicas, por meio do letramento, temos o professor como aquele que é o mediador entre a aquisição da leitura e o indivíduo. A Educação Infantil dos três a cinco anos é o momento em que a presença da criança é obrigatória no ambiente escolar, ou seja, é a passagem da criança do seu meio familiar para o espaço da escola, um marco para o seu desenvolvimento e o professor tem papel especial nesse momento, pois é ele quem vai acolher a criança e orientá-la para as primeiras experiências da inserção social, sem deixar de considerar o que viveu no ambiente familiar, como explica Zilma Ramos de Oliveira (2010):

A partir dos 3 anos, na experiência social em uma instituição educativa, é esperado que as crianças possam dar passos cada vez mais largos rumo ao desenvolvimento emocional e à autonomia moral e intelectual. Nesse momento da vida, elas deverão construir as noções de responsabilidade, os limites e os funcionamentos das regras, o princípio moral e os primeiros desafios da ética. Desenvolvem-se a partir dessa idade os sentimentos de competência e independência que tantas vezes assusta os adultos ávidos por controlar as crianças, os processos de identificação que são a base para a constituição de novos grupos e círculos de amizade e companheirismo, as diferenças de gênero, os diferentes papéis sociais, os respectivos padrões sociais de comportamento, as narrativas, o pensamento mais organizado e lógico e o drama de encontrar seu lugar no mundo, na relação com o outro. (OLIVEIRA et al, 2010, p.194-195)

O professor é o mediador, aquele que vai planejar e projetar experiências para que as crianças possam viver situações que as façam desenvolver resultados como a prática da linguagem. Neste âmbito - como consequência do processo das relações - o professor se torna aquele que vai expor as crianças a diferentes práticas linguísticas, na busca de criar cada vez mais possibilidades de aprendizagem da linguagem. A autora Zilma Ramos de Oliveira sintetiza essa ideia comprovando-a a partir de uma citação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p.25):

Sabemos por Vygotsky que o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, ou seja, pelos instrumentos linguísticos construídos na experiência social. É por meio da linguagem que a criança produz cultura, constrói conhecimentos nas trocas com outras crianças e adultos. Na medida em que a Educação Infantil amplia a experiência linguística das crianças, ela cria melhores condições para a ampliação também de seu pensamento. Por isso, a Educação Infantil deve prever um trabalho sistemático de exploração da linguagem verbal, a fim de “garantir experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suporte e gêneros textuais orais e escritos”. (OLIVEIRA et al, 2010, p.213)

O letramento é o método de aquisição da linguagem que vai ao encontro dessa ação pedagógica que o professor deve promover, baseando-se nas experiências sociais, abordando diferentes práticas da linguagem, através das quais amplia-se a capacidade pensante. Por isso a prática pedagógica deve ser sistemática e exploratória da linguagem verbal e escrita, a fim de “[...]garantir experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos”. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, p.25)

Na faixa etária dos três aos cinco anos, como vimos anteriormente, inicia-se a capacidade da imaginação, e, para reforçar essa ferramenta da mente, o trabalho com o lúdico é fundamental, partindo de suas vivências reais. A autora Nelly Novaes Coelho (2010) oferece algumas sugestões para selecionar livros significativos para essa fase leitora denominada por ela de “pré-leitor”:

Predomínio absoluto da imagem (gravuras, ilustrações, desenhos etc.), sem texto escrito ou com texto brevíssimos, que podem ser lidos ou dramatizados pelo adulto, a fim de que a criança comece a perceber a inter-relação entre o mundo real que a cerca e o mundo da palavra que nomeia esse real. É a nomeação das coisas que leva a criança a um convívio inteligente, afetivo e profundo com a realidade circundante. As imagens devem sugerir uma situação (um acontecimento, um fato, etc.) que seja significativo para a criança ou que lhe seja de alguma forma atraente. Desenhos ou pinturas, coloridas ou em preto-branco, em traços ou linhas nítidas, ou em massas de cor que sejam simples e de fácil comunicação visual. A técnica da colagem tem-se mostrado muito atraente para o olhar e o interesse infantil. A graça, o humor, um certo clima de expectativa ou mistério...são fatores essenciais nos livros para o pré-leitor. A técnica de repetição e reiteração de elementos é das mais favoráveis para manter a atenção e o interesse desse difícil leitor a ser conquistado. (COELHO, 2010, p.34)

Na infância, a brincadeira é prática essencial e através dela é vivem-se experiências da vida cotidiana de maneira lúdica e divertida. Brincar com a linguagem por meio das palavras

e textos como poemas, poesias, parlendas e cantigas são maneiras criativas e ricas culturalmente na prática escolar.

Além da função comunicativa, a língua oferece às crianças experiências nas quais brincar com as palavras é a função prioritária. As palavras e seus diferentes modos de dizer algo são fontes da curiosidade e da produção de significado pelas crianças. Não por acaso, é na Educação Infantil que normalmente as crianças entram em contato com o vasto repertório da tradição oral brasileira. (OLIVEIRA et al, 2010, p.213)

Apresentam-se a seguir outros exemplos de prática para a sala de aula, segundo Zilma Ramos de Oliveira (2010), com o intuito de apontar para a efetiva aplicação do que refletimos até aqui sobre a leitura no âmbito escolar:

Brincadeiras com parlendas, cantigas e brincadeiras tradicionais: [...] momentos de aprender novas brincadeiras no parque todos os dias. A princípio, ele pode ensinar as brincadeiras que conhece, compartilhando com o grupo o seu próprio repertório, parte de sua história de criança. Com o passar do tempo e a crescente familiaridade das crianças com essa situação, é possível convidar pais, irmãos mais velhos, outros funcionários da instituição para ensinarem brincadeiras novas às crianças na hora de brincar no parque; [...] Conversar: [...] compartilhar notícias do jornal, informações que circulam em um dado meio social como o bairro, a escola e discutir pontos de vista sobre o assunto, dando às crianças a oportunidade de pensar sobre o assunto, formular e expressar suas opiniões; [...] Ouvir e recontar histórias: [...] propor rodas diárias de leitura, em voz alta de bons textos para dar às crianças referências de narrativas e de expressão escrita da língua; [...] Ler e escrever: [...] atividades diárias de leitura de listas de nomes da sala para observar os presentes e os ausentes; os aniversariantes da semana; os ajudantes do dia etc. Por ser diária, essa é uma ótima situação didática para favorecer a apropriação das escritas dos nomes pelas crianças e o papel dessa escrita no cotidiano do grupo; [...] (OLIVEIRA et al, 2010, p.213-263)

Encontram-se essas e diversas outras propostas no livro “O Trabalho do Professor na Educação Infantil” (2010). A efetivação das atividades pelo professor começa no seu planejamento, perpassa pelo conhecimento dos seus alunos, seus anseios e curiosidades, sempre considerando-se as especificidades da escola, o espaço onde se encontra, a cultura local e a integração entre os diferentes espaços da escola e as diversas possibilidades de explorá-lo. O desenvolvimento e o processo de aquisição do conhecimento se dão de formas diferentes para cada criança, respeitando-se os conhecimentos prévios do âmbito familiar.

Mas é importante reconhecer que o desenvolvimento não é um processo natural e nem é vivido da mesma maneira por todas as crianças.[...] A inserção social de cada criança, as experiências que já teve na família ou em uma instituição educativa influenciam fortemente o seu desenvolvimento e as torna muito diferentes umas das outras.[...] Para planejar o trabalho com crianças de 3 a 5 anos, é importante conhecer profundamente o grupo

infantil. Saber seus interesses, seu desenvolvimento, seu grau de autonomia para resolver problemas diversos, as características próprias dessa faixa etária. (OLIVEIRA et al, 2010, p.195)

Reconhecendo-se também que a leitura é suporte de conhecimento e tradição, mas que ao mesmo tempo é lazer e diversão, mudando sua função de acordo com seu diferentes gêneros e suportes. A leitura na escola, como obrigatoriedade e em relação com os diferentes espaços escolares, foi também apontado por nós, a partir de documentos referentes às diretrizes norteadoras do ensino infantil que visam a linguagem como fonte para o desenvolvimento do pensamento. Tornando-se efetivo o que se insere nos planejamentos curriculares, chegamos a apontar o letramento como a prática da aquisição da leitura e da escrita no uso social, sendo a alfabetização mais que o simples conhecimento do alfabeto. A escrita, a leitura e o conhecimento dos símbolos e sons concretos nas relações com o mundo, revelam-se como instrumentos necessários para a comunicação e a interação social. Nesse processo de aquisição da leitura se encontra o professor como mediador da aquisição do conhecimento e uso social da língua. Será ele quem irá projetar e planejar a prática na sala de aula com base nos princípios da Educação Infantil, elaborando atividades fundamentadas e significativas para o desenvolvimento linguístico das crianças. Com os avanços da Educação Infantil, as leis e diretrizes educacionais atualmente asseguram o direito à leitura, mas mais do que um direito inerente à Educação Básica, a leitura é um direito social de todos. Conhecer esse direito é algo necessário para assegurar que ele seja efetivo. O próximo capítulo aprofunda-se na questão do direito à leitura.

### 3. LER É UM DIREITO

No capítulo 2, apresentou-se a linguagem como tecnologia capaz de atuar na mente da criança através das relações verbais, de leitura e de escrita. Segundo Magda Soares (2001), por meio do letramento, a aquisição das habilidades de leitura e escrita no uso social gera consequências para os indivíduos em seu estado e condição, em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos. Sugere a autora que a leitura tem em seu potencial a ação formadora por meio da linguagem. É preciso reconhecer que, para além de uma tecnologia de comunicação e formação, a leitura perpassa por diferentes âmbitos, um deles é a literatura, onde a imaginação encontra lugar. Antonio Candido define a literatura como o conjunto de:

Todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 1995, p.242)

Neste capítulo, busca-se focalizar a relação entre a leitura e a literatura, e verificá-la como um direito do indivíduo. Refletir-se-á sobre a importância da literatura para o indivíduo, por meio dos argumentos do professor e ensaísta Antonio Candido<sup>8</sup> e outros autores. Concebemos o “direito” como um conceito que se refere aos movimentos de leis e normas que defendem as necessidades indispensáveis do indivíduo, conforme nos atesta Antonio Candido (1995), em seu texto “O direito à literatura”.

Penso que o movimento pelos direitos humanos se encontra aí, pois somos a primeira era da história em que teoricamente é possível entrever uma solução para as grandes desarmonias que geram a injustiça contra a qual lutam os homens de boa vontade, à busca, não mais do estado ideal sonhado pelos utopistas racionais que nos antecederam, mas do máximo viável de igualdade e justiça, em correlação a cada momento da história. (CANDIDO, 1995, p.236)

Em continuidade, o autor define seu pensamento sobre o porquê não se alcança o ideal de igualdade, conforme prevêm os direitos humanos:

Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e auto-educação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. (CANDIDO, 1995, p.239)

---

<sup>8</sup> Antonio Candido de Mello e Souza é professor emérito da USP e da Universidade Estadual Paulista, e crítico literário.

Se pensarmos no contexto econômico atual, onde o valor do produto depende em grande parte diretamente da necessidade relativa, conforme sua oferta e procura, quanto mais o produto se faz necessário, maior é o seu valor. É muito claro quando vamos ao mercado em busca dos produtos básicos que todos precisam e eles se encontram com o seu valor cada vez mais alto. Antonio Candido cita o exemplo da saca de arroz: “[...] o primeiro litro de arroz de uma saca é menos importante do que o último [...]” (1995, p.240) e o mesmo nomeia essa forma de economia como “utilidade marginal”. (CANDIDO, 1995, p.240) Diante dessa contextualização econômica, Candido (1995) apresenta o conceito dos bens compressíveis e incompressíveis, aquilo que é indispensável para o ser humano está no campo das necessidades incompressíveis - com a finalidade envolver esse conceito na questão do direito à literatura:

[...] pois a maneira de conceber a estes depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis, isto é, os que não podem ser negados a ninguém. [...] Certos bens são obviamente incompressíveis, como o alimento, a casa, a roupa. Outros são compressíveis, como os cosméticos, os enfeites e as roupas extras. Mas a fronteira entre ambos é muitas vezes difícil de fixar, mesmo quando pensamos nos que são considerados indispensáveis. (CANDIDO, 1995, p.240)

O autor faz um seguinte questionamento relacionando os direitos, a economia, a desigualdade e, agora, o conceito de bens incompressíveis, dizendo: “Mas e a fruição da arte e da literatura estaria mesmo nessa categoria?”. (CANDIDO, 1995, p.241) Ele assinala que a luta pelos direitos humanos pressupõe considerar que os bens incompressíveis não estão apenas assegurados pela sobrevivência física em níveis decentes, mas na garantia da integridade espiritual do indivíduo. E para compreender a questão anterior é necessário aprofundar o entendimento sobre a posição da leitura, da literatura e da arte na vida do indivíduo. Se ela é uma necessidade a níveis de garantia da integridade, considera-se, que a literatura e a arte integram os bens incompressíveis, que correspondem às necessidades profundas que não podem deixar de serem preenchidas sob pena de desorganização pessoal, como explica Antonio Candido. (1995, p.241) Nos trechos seguintes, busca-se compreender a leitura no âmbito da literatura como um bem incompressível.

Em sua obra *Textos de Intervenção* (2002), no capítulo 6, “A literatura e a formação do homem”, encontram-se argumentos para fundamentar e demonstrar aspectos que tornam a literatura como parte do próprio indivíduo. O primeiro aspecto a ser destacado é a função psicológica da literatura, expressa pela ficção e pela fantasia:

[...] espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que decerto é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares. E isto ocorre no primitivo e no civilizado, na criança e no adulto, no instruído e no analfabeto. [...] A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal[...]. (CANDIDO, 2002, p.80)

Considera o autor que a necessidade da ficção e da fantasia, por via oral ou visual, de forma curta e elementar ou extensa e complexa, manifesta-se a todo instante em tudo que produzimos ou vivemos “ainda que sob a forma de palpite na loteria, devaneio, construção ideal ou anedota”. (CANDIDO, 2002, p.81) A literatura é uma das formas mais ricas de sistematização da fantasia e da ficção. E prossegue dizendo que elas se referem constantemente a nossas realidades como: "fenômeno natural, paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, costumes, problemas humanos, etc". (CANDIDO, 2002, p.81) Antonio Candido faz menção a situações cotidianas em que a leitura é contemplada, como: “[..]fita de cinema, radionovela, fotonovela, histórias em quadrinhos, telenovela. Isto sem falar no bombardeio incessante da publicidade [...] apoiada em elementos da ficção, da poesia e em geral da linguagem literária”. (CANDIDO, 2002 p.81) No texto “O direito à literatura”, Candido (1995), como foi visto anteriormente, argumenta em favor da literatura ser um direito para o indivíduo, já que é dotada de uma função psicológica, como é destacado no trecho:

Ora se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (CANDIDO, 1995, p.242)

Antonio Candido (2002) refere-se a Gaston Bachelard - filósofo, químico e poeta francês, pesquisador sobre devaneios - manifestando que o devaneio é como caminho para a verdadeira imaginação: “O devaneio se incorpora à imaginação poética e acaba na criação de semelhantes imagens; mas o seu ponto de partida é a realidade sensível do mundo, ao qual se liga assim necessariamente”. (CANDIDO, 2002, p.82) Nesse sentido, Candido (2002) aponta que as camadas mais profundas da personalidade do indivíduo sofrem bombardeios de informações das obras lidas, atuando nos indivíduos de maneira inavaliável: “Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-escapa, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente.” (CANDIDO, 2002, p.82) Conclui-se que a literatura teria uma função educativa, atuando de modo profundo sobre o indivíduo.

O autor apresenta que a literatura pode ter importância para a formação do indivíduo de maneira consciente e intencional, como, por exemplo, a educação familiar, grupal ou escolar, usada como instrumento para fortalecer a presença e atuação da cultura de cada sociedade, através da manifestação ficcional, poética e dramática, de acordo com suas crenças, seus sentimentos e normas.

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. [...] A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 1995, p.243)

A autora de livros para a infância e adolescência, Ana Maria Machado, em seu texto “Contracorrente” (1999), no capítulo 2, “Ideologia e livro infantil”, apresenta historicamente o viés da literatura no âmbito infantil como instrumento educativo desde sempre:

[...] no fim do século XVII, *John Locke* publica seu *Thought Concerning Education* em 1693 e “inventa a criança”, como geralmente se afirma, ou quando, mais ou menos na mesma época, *Charles Perrault* publica seu contos de fadas acompanhados de lições morais [...], a própria ideia de infância não podia de modo algum se separar da ideia de educação - numa tendência que ainda é fortíssima em nossos dias e ajuda a explicar por que os livros infantis, com tanta frequência, não passam de simples desculpa para o autor dar sua aulinhas ou transmitir mensagens ideológicas. (MACHADO, 1999, p.32)

A literatura, é certo, destaca-se como uma força humanizadora, que expressa o homem e depois atua na sua própria formação, segundo Antonio Candido (2002). Mas o autor também destaca que a literatura forma nem sempre segundo a pedagogia oficial: “longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica [...], ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela - com altos e baixos, luzes e sombras.” (CANDIDO, 2002, p.83). De acordo com Nelly Novaes Coelho (2000), essa ideia é reforçada, especificamente considerando a literatura infantil:

A literatura infantil, é antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, as ideias e sua possível/impossível realização...[...] Literatura é uma linguagem específica que, como toda linguagem, expressa uma determinada experiência humana, e dificilmente poderá ser definida com exatidão. (COELHO, 2000, p.27)

Reafirmando a literatura como expressão do indivíduo, podemos afirmar que o autor expressa normalmente sua opinião, sua crença e sua moral em sua obra. Consequentemente ao ler, o leitor é bombardeado por essas informações. E pode ser levado a pensar do mesmo modo. Somente por meio da maturidade cognitiva e emocional é que será capaz de

compreender durante a leitura as ideias de seu autor e estabelecer relações com as suas próprias. Esse momento de aquisição de liberdade cognitiva caracteriza-se como uma etapa de emancipação mental, reforçada pela teoria do sociointeracionismo . Afirma o autor que o desenvolvimento da linguagem por meio das relações sociais é importante para o alcance de uma maturidade mental. Antonio Candido (1995) expressa essa complexidade cognitiva ao mencionar a função da literatura e a complexidade de sua natureza..

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador [...] (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa inconsciente. [...] transmite uma espécie de conhecimento, que resulta em aprendizado, como se fosse um tipo de instrução. Mas não é assim. O efeito das produções literárias é devido à atuação simultânea dos três aspectos [...] Toda obra literária é antes de mais nada espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção. [...] A eficácia humana é função da eficácia estética, e portanto o que na literatura age como força humanizadora é a própria literatura, ou seja, a capacidade de criar formas pertinentes [...] que influi em nosso conhecimento e nos nossos sentimentos. (CANDIDO, 1995, p.244-251)

O fenômeno literário está intrinsecamente ligado à importância da consciência da linguagem , segundo a autora Nelly Novaes Coelho (2000).

Qualquer intenção ou finalidade é determinada por uma consciência propulsora e requer meios para realizar. [...] É, pois, das relações mútuas entre esses fatores básicos, manipulados com arte e com criatividade, que surge a obra, o livro, o fenômeno literário. (COELHO, 2000, p 61)

Considerando-se o conceito de intencionalidade, Coelho (2000) menciona o desenvolvimento da habilidade de emancipação no ato da leitura, e manifesta essa questão como uma orientação que deve ser transmitida às crianças:

no sentido de que, ludicamente, sem tensões ou traumatismo, elas consigam estabelecer relações fecundas entre o universo literário e seu mundo interior, para que se forme, assim, uma consciência que facilite ou amplie suas relações com o universo real que elas estão descobrindo dia a dia e onde elas precisam aprender a se situar com segurança, para poder agir. (COELHO, 2000, p.51)

Como foi visto anteriormente, a literatura está presente em todos os momentos e lugares da vida, atua como geradora de imaginação e ficção para o indivíduo, colaborando para a sua criatividade, sendo influente instrumento no desenvolvimento do seu pensamento, enquanto situa o indivíduo como ser pensante, criador e parte da sociedade. Esses aspectos

asseguram a literatura como um bem incompressível, inerente à vida do indivíduo, parte de sua formação mental, social, histórica e psicológica,

correspondendo a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. (CANDIDO, 1995, p. 256)

Portanto, a luta por “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”. (CANDIDO, 1995, p.263) Com o direito à literatura engloba-se todo o direito à cultura em geral, ao acesso à arte em suas diversas formas, seja teatral, musical, escrita, erudita ou popular. Em meio ao contexto atual da pandemia do vírus COVID-19, o acesso às formas de cultura e literatura se restringiu, devido ao necessário isolamento entre os indivíduos. Assim, por meio da televisão, dos smartphones, dos tablets e de diversas plataformas nas redes sociais, a leitura e a interação entre os indivíduos cresceu. Neste contexto percebe-se, pois, a presença importante e sensível da tecnologia, sendo considerada como um meio efetivo de acesso à informação e à cultura.

Acerca da potencialidade da tecnologia diante da leitura desde a infância, alguns autores se posicionam contrariamente à sua exposição, enquanto outros se colocam a favor. Fato é que a tecnologia está presente em nossos dias atuais e já se provou necessária e inerente ao nosso cotidiano, como a leitura. Diante disso, não há como negar que a tecnologia estará sempre presente na vida dos indivíduos desde a infância. A leitura mudou nesse processo, diante da cultura tecnológica e nas redes sociais? A leitura e a tecnologia se relacionam e fazem parte da vida diariamente, é preciso preparar as futuras gerações para lidar com essas tecnologias de conhecimento. A reflexão sobre tais questões estão presentes no próximo capítulo.

## 4. A LEITURA E A TECNOLOGIA

Neste capítulo final, busca-se ampliar a visão sobre a formação das crianças no atual momento social, histórico e cultural digital tecnológico pelo viés da relação do indivíduo com a leitura na prática literária em diferentes suportes. O propósito dessa pesquisa não está vinculado a entender os benefícios ou os malefícios da presença tecnológica, midiática e da instantaneidade das informações para o desenvolvimento do indivíduo, mas compreender em que termos o contexto cultural digital em que a criança hoje se insere pode promover práticas de leitura eficazes para o seu desenvolvimento da sua mente e pensamento crítico.

Compreendendo o sentido da palavra tecnologia, a partir do Dicionário Aurélio em sua sétima edição (AURÉLIO, 2008, p.768): "tecnologia" refere-se ao “conjunto de conhecimentos, princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade”. Se pensarmos nesse conceito articulado com a questão da leitura, podemos conceber o próprio livro como uma tecnologia, pois além de ser criado e desenvolvido por meio de um conjunto de conhecimentos, ele é um meio de armazenar conhecimento, como jornais e revistas, entre outros, são considerados tecnologias de comunicação, tendo sido desenvolvidos e aperfeiçoados ao longo das décadas até chegarem ao que conhecemos hoje, como explica Chartier (2017):

Semelhante vinculação está enraizada numa história de longa duração da cultura escrita e resulta da sedimentação de três inovações fundamentais: em primeiro lugar, entre os séculos II e IV, a difusão de um novo tipo de livro, que é ainda o nosso, ou seja, o livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação que chamamos códex e que substituiu os rolos da Antiguidade grega e romana; em segundo lugar, no final da Idade Média, antes da invenção da imprensa, nos séculos XIV e XV, o aparecimento do “livro unitário” , quer dizer, a presença, dentro de um mesmo livro manuscrito, obras compostas em língua vulgar por um só autor (Petrarca, Boccaccio, Christine de Pisan), ainda que essa relação caracteriza se anteriormente somente as autoridades canônicas antigas e cristãs e as obras em latim; e, finalmente, no século XV, a invenção da imprensa, que continua sendo até agora a técnica mais utilizada para a produção de livros. Somos herdeiros desta história, tanto para a definição do livro, que é ao mesmo tempo um objeto material é uma obra intelectual ou estética, um opus mechanicum e um discurso, como escreveu Kant, como para a percepção da cultura escrita, que está baseada em distinções imediatas entre diferentes objetos (cartas, documentos, diários, revistas, livros). (CHARTIER, 2017, p.18-19)

Considerando estritamente o conceito de leitura como sendo a mera decodificação de letras e palavras, compreende-se que a criança de três a cinco anos de idade, como ainda não desenvolveu as habilidades de decodificação dos signos linguísticos, ela não teria a capacidade de ler. Nesse sentido é que se inicia seu caminho para sua inserção no meio letrado, a partir dessa faixa etária. Mas não se pode esquecer de que a criança já está imersa num ambiente de sinais e o processo de leitura acontece muito antes de ela iniciar a escola. Sua capacidade de relacionar e fazer analogias já existe e a aprendizagem do mundo a sua volta acontece de modo assistemático. Mas é na escola que a criança vai se relacionar com os conhecimentos simbólicos e linguísticos de modo mais sistemático e aprofundado, o que concorre positivamente para o desenvolvimento de seus aspectos mentais, cognitivos e emocionais, permitindo a ela que desenvolva a linguagem nos âmbitos da leitura, da escrita e da habilidade de verbalização. Só por meio da relação com a linguagem é que a criança amplia seu conhecimento e desenvolve suas habilidades linguísticas e sociais. A presença do professor nesse processo é indispensável, pois ele é quem vai planejar e proporcionar espaços e experiências relacionadas à linguagem para que a criança possa aprender.

A seguir, oferece-se uma apresentação de algumas práticas pedagógicas possíveis ligadas ao contexto escolar infantil, considerando a importância da apresentação de diferentes suportes de leitura e a necessidade de construir contextos para experiências exploratórias vinculadas à prática social para “garantir experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos”. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, p.25).

Através de círculos de leitura com diferentes suportes de leitura, a criança desenvolve habilidades de leitura em diferentes formatos, tamanhos, disposições do texto na página, o que permite desenvolver sua percepção, seu vocabulário e seu conhecimento sobre diferentes gêneros e suportes para além do livro, como conforme define o Campo de Experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação” da Base Nacional Comum Curricular:

Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BRASIL, 2018, p.42)

Em vista de colaborar com a prática docente reúnem-se alguns gêneros possíveis a serem apresentados às crianças considerando sua diversidade de suportes a serem apresentados, tendo como proposta a abertura a uma reflexão para que cada professor em sua realidade apresente, consciente de que essa ação está vinculada a interação da criança com o suporte de leitura como objeto, observando suas diferentes características e funções:

- **Jornal:** a leitura do jornal permite que as crianças tenham acesso às informações que circulam em seu bairro, na cidade, no país e no mundo, o que pode motivá-las a externar opiniões e ideias sobre o noticiário. Essa leitura específica possibilita, também, que elas aprendam a utilidade do jornal como veículo de comunicação, levando-as a verificar quais tipos de informações podem ser encontradas ali. **Revista:** a leitura da revista possibilita a experiência da leitura de imagens e textos, em formato diferente do jornal, haja vista que a revista utiliza de cores e está dividida em seções e as informações que veicula não se restringem aos acontecimentos do dia. A revista propõe matérias de caráter mais extenso e reflexivo, de modo geral, ou ainda de caráter efêmero, privilegiando uma leitura mais centrada em fotos e legendas, assim como explora diferentes gêneros de reportagens e matérias, de acordo com seu público. **Gibis ou Histórias em Quadrinhos:** gibis e as histórias em quadrinhos permitem a prática da leitura de textos humorísticos e narrativos, que exploram substancialmente as imagens. É um suporte mais voltado à leitura de entretenimento, mas também possibilita a transmissão de um conteúdo sério por meio lúdico, haja vista que as imagens são um atrativo importante para as crianças
- **Enciclopédias:** as enciclopédias são suportes em que o conhecimento universal está contido. Hoje seu formato digital permite o alcance de todos sobre diversos assuntos, personagens da história, momentos históricos, vocabulários, proporcionando um espaço conciso de divulgação do conhecimento de modo imediato. **Bula de remédios:** são textos descritivos e informativos que acompanham as embalagens dos remédios. A leitura da bula tem uma dimensão pragmática e sua prática leitora visa a informação e a advertência na utilização do medicamento específico que ela acompanha.
- **Receitas culinárias:** as receitas são textos informativos que orientam uma prática, por meio de um discurso próprio (verbos no imperativo, verbos no infinitivo; uso da enumeração e de um código de pesos e medidas), tendo uma finalidade, portanto, pragmática. A receita é um exemplo do uso da escrita e da leitura na esfera cotidiana. A leitura da receita, no ensino infantil, pode ser ampliada para a prática

juntamente com as crianças que devem seguir as indicações do texto para o preparo da comida. Deve-se apresentar esse gênero textual em seus diversos suportes como: revistas, jornais, embalagens de alimentos, livros de receitas, entre outros.

- Cartas: a leitura e escrita de cartas no ensino infantil apresenta à criança uma modalidade de texto muito antiga utilizada na comunicação entre as pessoas. Ela auxilia o desenvolvimento da consciência da leitura e da escrita no uso social.
- Livro de cordel; a literatura de cordel é considerada como um patrimônio cultural imaterial brasileiro. Típico da cultura nordestina, esse gênero textual conta em versos metrificados e rimados histórias fantásticas e outras verdadeiras, baseadas em relatos e ou notícias de jornal; faz uso do humor e da arte da xilogravura, técnica de ilustração característica desse gênero. Além de proporcionar uma experiência de conhecimento da cultura brasileira, a leitura proporciona o encantamento da leitura.

É por meio da linguagem que a criança produz cultura, construindo conhecimento nas relações com outras crianças e com adultos em diferentes experiências. Como vimos anteriormente com Vygotsky, o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem. Apresentar à criança diferentes repertórios linguísticos construídos pela experiência social colabora para que ela crie melhores condições para seu desenvolvimento cognitivo e a ampliação de seu repertório de leitura e visão de mundo. Para além do suporte impresso, temos atualmente novas tecnologias digitais e virtuais, que, cada vez mais, se alimentam da velocidade da produção no processamento e na transmissão de informações, por meio da internet, também chamada de "ciberespaço", conforme explica o autor Pierre Lévy (1997).

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1997, p. 16)

Segundo Roger Chartier (2017, p.19), o novo contexto da Revolução Digital obriga-nos a uma radical revisão de gestos e noções que associamos à escrita, já que o antigo laço entre texto e objeto se rompeu e se encontra representado de maneira diferente: os fragmentos de textos que aparecem nas telas não são páginas, mas, sim, composições singulares e efêmeras. Ressalta o autor que o livro eletrônico não se diferencia das outras produções da escrita pela evidência de sua forma material.

A prática da leitura no âmbito escolar também se encontra em mudanças quanto ao contexto atual do ciberespaço e da informática. Atualmente se apresenta o termo TICs<sup>9</sup>(Tecnologias da Informação e Comunicação) para se referir aos instrumentos de trabalho pedagógico ligados aos conceitos de tecnologia da informação, ciberespaço e internet. Citando Barbosa (2014, p.28), Silva e Modrow expressam brevemente essa questão:

Mesmo com todas as vantagens que as TIC podem proporcionar à relação didático-pedagógica, parece haver um certo descompasso presente na realidade vivenciada por professores e alunos nas escolas públicas para a sua inserção nas práticas escolares. Isso porque “ainda existem muitas barreiras a serem superadas para a integração efetiva das TIC aos processos pedagógicos, que vão além das dificuldades associadas a questões de infraestrutura das TIC nas escolas”. (SILVA<sup>10</sup> *apud* MODROW<sup>11</sup>, 2013, p. 2)

Segundo a LDB - Leis Diretrizes e Bases da Educação Básica - na seção II intitulada “Educação Infantil”, no artigo 29, afirma-se que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da sociedade, em uma era tecnológica, onde estamos rodeados de equipamentos como: televisores, smartphones, tablets, máquinas eletrônicas em supermercados, bancos, farmácias, escolas, entre outros. Desenvolver a criança integralmente significa prepará-la para lidar com as situações da vida cotidiana que estão repletas de situações ligadas a contextos letrados e vinculados a objetos tecnológicos e digitais. Não há como negar a sua importância e sua presença, tampouco negar que, por meio deles, há a possibilidade de ampliar o horizonte da leitura e da escrita. Como nos explica Roger Chartier,

Apoiado nessas mudanças, o mundo digital pode dar realidade aos sonhos, nunca alcançados, que o precederam. Da mesma forma que a biblioteca de Alexandria promete a disponibilidade universal de todos os textos que foram escritos, de todos os livros que foram publicados. Como as práticas dos humanistas renascentistas, o mundo digital outorga a colaboração do leitor, que pode escrever ele mesmo no texto aberto e na biblioteca sem muros dos escritos eletrônicos. Como o projeto dos filósofos das Luzes, define um espaço público em que, como desejou Kant, cada indivíduo pode e deve fazer, sem restrições nem exclusões, um uso público da sua razão e comunicar por escrito suas opiniões. (CHARTIER, 2017, p.19)

---

<sup>9</sup> Doravante será utilizada a sigla TIC para referir-se às Tecnologias da Informação e Comunicação.

<sup>10</sup> Professora Doutora da área de mídia e educação do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: [mbsylva@uol.com.br](mailto:mbsylva@uol.com.br)

<sup>11</sup> Pedagoga da Rede Pública do Estado do Paraná, Especialista em Magistério de 1º e 2º Graus com concentração em Metodologia do Ensino pelo IBPEX, Especialista em Mídias Integradas na Educação pela UFPR, Licenciada em Pedagogia e em Educação Física pela UEPG, atua no Colégio Estadual Coronel David Carneiro – Ensino Fundamental e Médio no município de Palmeira – PR. Professora Pedagoga PDE da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: [esmodrow@ibest.com.br](mailto:esmodrow@ibest.com.br)

A partir do que vimos anteriormente sobre a influência da arte e da literatura na formação da mente do indivíduo, compreende-se que, com as mudanças nas técnicas de composição, transmissão e apropriação da leitura, permite-se ampliar os modos de ver e agir desse indivíduo, na sua busca por conhecimento. As novas tecnologias nesse contexto permitem, por exemplo, “ a digitalização dos textos já escritos, a produção de textos nascidos como digitais ou práticas de escrituras inéditas, tal como as dos blogs e redes sociais”. (CHARTIER, 2017, p.19)

A escola precisa preparar a criança para se relacionar com diversos gêneros e suportes de leituras como: livros, revistas, jornais, histórias em quadrinhos, entre outros desenvolvendo na criança além da sua concepção da língua escrita, seu olhar sobre o mundo, e suas habilidades de leitura conforme também o mundo letrado digital, ação que está amparada pela Base Nacional Comum Curricular nas “Competências Gerais da Educação Básica”, fundamentando que a criança deve:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.9)

Desenvolvendo seu repertório imaginativo, seu conhecimentos de formas e símbolos através de diferentes obras literárias infantis de linguagem iconográfica, por exemplo, pode-se alargar cada vez mais as possibilidades e o contato com a realidade a partir do conhecimento das imagens que rodeiam as crianças, significando que vão ver mais e perceber mais. Coelho (2000) fundamenta essa questão:

Conhecer imagens, levar as crianças a verem realmente os seres e as coisas com que precisam interagir na vida é, sem dúvida, uma das metas da educação atual. Daí a importância da disciplina Arte-Educação e, evidentemente, o espaço aberto à Literatura Infantil, em que a imagem fala tanto quanto a palavra. (COELHO, 2000, p.196)

Roger Chartier (2017) afirma que a leitura diante das telas é “[...] descontínua, segmentada, ligada mais ao fragmento que à totalidade”, (2017, p.21) o que leva o leitor a mudar formas diferentes de acesso ao conhecimento. Na relação entre o leitor e o texto, “a revolução digital transforma profundamente as modalidades das argumentações e os critérios

ou recursos que podem mobilizar o leitor para aceitá-las ou não rejeitá-las”. (2017, p.22) Nesse sentido, modificam-se os modos de construção do saber, fazendo-se, pois, necessário, mediar com as crianças o processo da leitura nesses meios, pois a exposição a situações de leitura visual e fragmentada, pode criar um comportamento superficial para uma leitura mais demorada de um texto escrito. Ler imagens e sinais, saber navegar no meio digital para buscar conhecimento é importante, mas o processo de leitura nesse meio tem de ser mediado pelo professor, para que as crianças estejam preparadas para atuarem nesses contextos sociais midiáticos digitais de modo inteligente.

Contemplando as questões das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar, a Base Nacional Comum Curricular, visando orientar o trabalho do professor em sala de aula e a construção de um currículo pedagógico baseado seu uso de forma ativa, em parceria com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb), elaborou e disponibilizou de forma aberta e gratuita o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação (2018). Esse currículo prevê eixos, conceitos e habilidades alinhadas à Base Nacional Comum Curricular voltadas exclusivamente para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas, além de propor uma reflexão sobre os usos das tecnologias digitais da informação e comunicação. No eixo Cultural Digital compreendem-se as relações humanas por meio das tecnologias e comunicações por meio digital, retratando conceitos como sociedade da informação, cibercultura e revolução digital. Nesse contexto, reconhecer diferentes tipos de mídias envolve a compreensão de textos narrativos, sejam verbais ou não verbais e a análise e interpretação das informações recebidas. Entendido isso, o documento apresenta o conceito de letramento digital:

Este conceito destaca os modos de ler e escrever informações, códigos e sinais verbais e não verbais com uso do computador e demais dispositivos digitais, abordando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso dos equipamentos e seus softwares com proficiência. (Currículo de Referência em Tecnologia e Computação, 2018, p.18)

A habilidade a ser destacada no desenvolvimento do conceito de letramento digital é a habilidade de compreender a interface, a criança deve viver experiências práticas interagindo com dispositivos computacionais e eletrônicos, como, por exemplo: um vídeo em um telefone celular que permita o toque em tela ou realize atividades com uso do mouse, como desenhos em um computador. Dessa forma a criança valoriza e utiliza os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital, entendendo e explicando a

realidade, aprendendo e colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Segundo o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação (2018), como resultado desse processo de aprendizagem, a criança desenvolve as habilidades de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação por meio da criatividade, significatividade, pensamento reflexivo e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) e passa a se comunicar, acessar e disseminar informações, produzindo conhecimentos, resolvendo problemas e exercendo o protagonismo e autonomia na vida pessoal e coletiva.

Em vista de colaborar com a prática docente reúnem-se aqui alguns programas e aplicativos possíveis para celular, além de jogos a serem acessados na internet, a serem apresentados em sala de aula:

1. A plataforma Ludo Educativo propõe diversos jogos que trabalham a consciência fonológica, a estrutura de palavras e outros jogos em geral, trabalhando assuntos atuais como a COVID-19; Fonte: “Ludo Educativo” - Disponível em: <https://www.ludoeducativo.com.br/pt/> . Acesso em 16 de novembro de 2021.

2. As cruzadinhas são atividades que permitem aos alunos testar seus conhecimentos e suas hipóteses de escrita, já que se eles escreverem de forma não convencional, o jogo irá acusar e ele deverá realizar uma nova tentativa até acertar. Nesse caso o aluno deve se perguntar: “Que letra falta para completar a palavra”. Fonte: “Cruzadinhas” - Disponível em: <https://www.jogosdaescola.com.br/category/palavras-cruzadas/> > . Acesso em 16 de novembro de 2021.

3. O Mapa do Brincar possibilita a pesquisa exploratória por brincadeiras de diferentes regiões do Brasil que podem se tornar brincadeiras práticas após a pesquisa. Fonte: “Mapa do Brincar” - Disponível em: <https://mapadobrincar.folha.com.br/brincadeiras/regioes.shtml> > . Acesso em 16 de novembro de 2021.

4. O Wordwall é um site que contém uma coletânea de jogos para trabalhar parlendas e cantigas do folclore. Fonte: “Wordwall” - Disponível em: <https://wordwall.net/pt-br/community/jogos-de-parlendas> > . Acesso em 16 de novembro de 2021.

Os aplicativos propostos a seguir podem ser usados em *smartphones* e *tablets* e podem ser baixados na *Play Store*. Relacionam-se aqui alguns deles que podem ser bastante colaborativos no processo de leitura-aprendizagem.

- O “Crianceiras” criado por Márcio de Camillo é um aplicativo com poemas de Manoel de Barros, um dos poetas brasileiros mais expressivos, e musicados por Márcio De Camillo, ilustrados e animados pelas “iluminuras” de Martha Barros, artista plástica e filha do poeta. O aplicativo tem agrado público e crítica e ficou em destaque na Apple Brasil, na semana de lançamento. O App traz poemas, músicas, clipes e muita interatividade feitos de forma primorosa pela equipe da Webcore. O App é gratuito e está disponível para iOS e Android.
- O aplicativo “EduEdu”, criado pelo Instituto ABCD<sup>12</sup>, identifica em que a criança precisa melhorar e cria atividades personalizadas no âmbito da linguagem, consciência fonológica, no conhecimento das letras e sons, entre outras. Ao longo do ano, o EduEdu acompanha a evolução da criança, monitorando seu progresso e gerando novas atividades. O material é dinâmico e divertido, incluindo uma variedade de atividades, jogos, músicas e textos, totalmente alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- O "GraphoGame" é um aplicativo desenvolvido por especialistas<sup>13</sup> finlandeses em educação e necessidades especiais para ensinar os pilares da alfabetização em muitas línguas. Sua metodologia para o ensino é apoiada por pesquisas científicas de PUC Rio Grande do Sul e universidades de todo o mundo. O objetivo é trabalhar a leitura, a consciência fonológica e o conhecimento de letras e palavras.

É preciso reconhecer que ainda são necessários grandes avanços e investimentos em materiais de suporte tecnológico para ação individual dessas atividades em sala de aulas das escolas públicas, pois em muitas delas sabemos que a internet wifi (sem fio) chegou ainda de forma precária com o acesso limitado e em outras regiões nem sequer chegou. Então fica a cargo do professor reconhecer se há acesso a tecnologias que sejam capazes de desenvolver as atividades em sites e aplicativos, mas se não for possível o trabalho individual com os alunos, faça-se em grupo, o professor vai fazendo as interagindo no site enquanto os alunos vão propondo as ações. O importante é reconhecer, cada vez mais, formas de usar as TICs em de

---

<sup>12</sup> O Instituto ABCD é uma **organização social** com o propósito de promover e disseminar projetos que tenham impacto positivo na vida de brasileiros com dislexia.

<sup>13</sup> Apoiada por pesquisas científicas de PUC Rio Grande do Sul e universidades de todo o mundo.

aula, seja com o rádio tocando músicas, com as parlendas e cantigas, ou mesmo com a contação de uma história através de imagens por um slide em programas de apresentação de trabalhos. As ferramentas muitas vezes são simples e estão à disposição e, muitas vezes, é necessário criatividade e conhecimento dos documentos norteadores para uma prática pedagógica efetiva, sempre considerando o uso social da leitura e o foco no desenvolvimento da linguagem das crianças, função fundamental para o seu desenvolvimento mental.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa abordou a questão da leitura como instrumento de contribuição para desenvolvimento da mente da criança de três a cinco anos, respeitando suas fases psicogenéticas, reiterando a importância da vivência de experiências com diferentes suportes tecnológicos de leitura e escrita. A criança de três a cinco anos que vive a fase do desenvolvimento classificado também como infância está primordialmente desenvolvendo a linguagem e precisa do contato social para adquirir novas habilidades e competências incluindo a linguagem, o pensamento e sua motricidade, a leitura nesse momento da vida colabora para aquisição dessas habilidades, incluindo também a atenção, a concentração e a imaginação.

O meio social é imprescindível nesse processo. O contato da criança com a linguagem começa no seio materno pela ação verbal e se dá conforme a criança vai crescendo, estando presente em 24 horas do seu dia, desde a verbalização, a leitura que a criança faz do que está a sua volta, a leitura de mundo. A leitura, está fundada na capacidade de interpretar todo tipo de informação comunicada no meio social reconhecendo-se essa capacidade como letramento, inerente a essa questão da comunicação e leitura por meio da arte, se caracterizando como literatura, está atribuída a uma necessidade humana de imaginar sobre o que está a volta, a leitura é indispensável para o indivíduo, tornando-se um direito humano.

Vivemos em um contexto social, histórico e cultural de tecnologia, onde a expansão da tecnologia digital em especial, acontece a cada dia, favorecendo cada vez mais a criação de eletrônicos que permeiam a vida das crianças como: computadores, *tablets*, *smartphones*, entre outros. Esse momento histórico que vivemos pede cada vez mais que façamos diferentes reflexões, dialogando e explorando o uso das tecnologias digitais e de comunicação no meio social com as crianças. Esta pesquisa não se posiciona favorável ou contrariamente à tecnologia digital, pois a sua existência e sua importância são um fato. A leitura encontra-se nesse contexto como instrumento para preparar as crianças para lidarem com os novos contextos tecnológicos. A escola, a partir de constantes reflexões e atualizações sobre metodologias e trabalhos pedagógicos, pode apresentar a leitura por meio de práticas pedagógicas que possibilitam o seu desenvolvimento cognitivo, fazendo até mesmo uso de tecnologias digitais de comunicação, visando o desenvolvimento dos indivíduos integralmente e preparando-os para usar e criar conscientemente as ferramentas digitais de forma ética,

política e estética, visando acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Do exposto, conclui-se que a leitura é um instrumento importante no desenvolvimento da criança de três a cinco anos que está na fase de aprender a socializar, se comunicar através da linguagem e compreender o plano do pensamento e o plano do real. Em relação à tecnologia, diante da evolução em que vive-se é um fato que precisa-se de adaptação e reflexão contínua da prática escolar para formar uma geração futura que use as tecnologias de leitura, digital e comunicação de forma consciente a partir de valores como a solidariedade, o respeito e a consciência de mundo. Esses valores podem ser gerados através da leitura carregada de cultura e ideais capazes de formar indivíduos para a vida social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA \_ **Estatuto da Criança e do Adolescente**.< <http://www.saosebastiao.sp.gov.br/cmdca/lei8069-90.htm>>. Acesso em: 17 nov 2021.

BRASIL. **Ministério da educação. Base nacional comum curricular: Educação é base**. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)>. Acesso em 17 nov 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL.

BRITTO, Luiz. Leitura: acepções, sentidos e valor. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v21, n.22, p.18-31, jan/abr.2012

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: \_\_\_\_\_. **Textos de intervenção**. 34ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002. p. 77-92.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CHARTIER, Roger. Novas tecnologias e a história da cultura escrita: obra, leitura, memória e apagamento. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, SP, 2017.<<https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/628/397>>Acesso em: 17 nov. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 7. ed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 28. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

FERRACIOLI, Laércio. Aspectos da construção do conhecimento da aprendizagem na obra de Piaget. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, SC, 1999. <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6808>>. Acesso em: 27 jan.2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. <<https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MACHADO, Ana Maria. Ideologia e livro infantil. In \_\_\_\_ **Contracorrente: conversas sobre leitura e política**. São Paulo: Ática, 1999. p.29-69.

MODROW, Elizabeth; SILVA, Márcia. **A escola e o uso das tic: limites e possibilidades**. Paraná. 2013. <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uepg\\_ped\\_artigo\\_elizabeth\\_santanna\\_modrow.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_ped_artigo_elizabeth_santanna_modrow.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, Wilson da. **Processos cognitivos no jogo de xadrez**. Curitiba, 2004. <[http://www.wilsondasilva.com.br/producao\\_wilson/processos\\_cognitivos\\_no\\_jogo\\_de\\_xadrez.pdf](http://www.wilsondasilva.com.br/producao_wilson/processos_cognitivos_no_jogo_de_xadrez.pdf)>. Acesso em: 27 jan.2021.

OLIVEIRA, Zilma (org). **O trabalho do professor na Educação Infantil**. 1. ed. São Paulo: Biruta, 2012.

PAGNI, Pedro. **Infância, Arte de Governo Pedagógico e Cuidado de Si**. Rio Grande do Sul. 2010. <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13087>> Acesso em: 27 jan. 2021.

RAABE, André L. A.; BRACKMANN, Christian P.; CAMPOS, Flávio R. **Currículo de referência em tecnologia e computação: da educação infantil ao ensino fundamental**. São Paulo: CIEB, 2018. E-book em pdf

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. trad Claudia Shilling. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 1998.

TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

VYGOTSKY, L. **Pensamento de Linguagem**. Trad. Ridendo Castigat Mores. 1984 <<http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/5157a7235ffccfd9ca905e359020c413.pdf>>. Acesso em: 27 jan.2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. / L. S. Vygotsky; org Michael Cole [et al.]; trad José Cipolla Neto [et al] – São Paulo: Martins Fontes, 2007.